

## Edital de Licitação

<b>PREGÃO ELETRÔNICO</b>	<b>PE 0240/2026</b>
<b>PROCESSO SGPe</b>	SAP 130023/2025
<b>CONTRATANTE</b>	Secretaria de Justiça e Reintegração Social
<b>ABERTURA</b>	<b>Envio da proposta</b> 17/04/2026, a partir das 14:00 horas <b>Abertura da sessão</b> 04/05/2026, a partir das 13:15 horas <b>Início da disputa</b> 04/05/2026, a partir das 13:30 horas
<b>OBJETO</b>	Aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul
<b>EXCLUSIVO ME/EPP</b>	Não
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	MENOR PREÇO POR LOTE
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>	R\$ 154.600,11



[portaldecompras.sc.gov.br](http://portaldecompras.sc.gov.br)



[central-pregao@sea.sc.gov.br](mailto:central-pregao@sea.sc.gov.br)

MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO



**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0240/2026**  
**Processo n.º SAP 130023/2025**

O(A) **Secretaria de Estado da Administração**, com sede na Rodovia SC 401, Km 5, n.º 4.600, Bloco II, 1º andar, Bairro Saco Grande II, Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.951.351/0001-42, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, torna público que fará realizar licitação na **modalidade pregão**, critério de julgamento de menor preço, na forma eletrônica, modo de disputa aberto e fechado para selecionar proposta objetivando a **aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021; Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006; Decreto estadual n.º 441, de 19 de janeiro de 2024; Decreto estadual n.º 509, de 15 de março de 2024; demais normas legais federais e estaduais vigentes.

**1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

- 1.1. Envio de proposta: a partir das 14:00 horas do dia 17/04/2026.
- 1.2. Abertura da sessão: a partir das 13:15 horas do dia 04/05/2026.
- 1.3. Início da disputa: a partir das 13:30 horas do dia 04/05/2026.
- 1.4. O pregão eletrônico será realizado por meio de disputa à distância em sessão pública, via Sistema Integrado de Licitações do Estado de Santa Catarina (LIC), módulo eletrônico (e-LIC).
- 1.5. Todo e qualquer ato referente ao presente processo licitatório dar-se-á exclusivamente por meio eletrônico via internet.
- 1.6. A comunicação será realizada utilizando recursos de tecnologia da informação pela internet, mediante condições de segurança — criptografia e autenticação — em todas as etapas do certame.
- 1.7. O pregão será conduzido com apoio técnico e operacional da Secretaria de Estado da Administração, por intermédio da Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, que atuará como provedor do sistema eletrônico para os órgãos integrantes do Sistema de Administração de Gestão de Materiais e Serviços – SAGMS.
- 1.8. Os trabalhos serão conduzidos por servidores de órgão ou entidade vinculado ao Poder Executivo do Estado de Santa Catarina, denominados pregoeiro(a) e equipe de apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para o Sistema LIC, módulo e-LIC, por acesso restrito com *login* e senha no endereço eletrônico <http://e-lic.sc.gov.br>.
- 1.9. Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico.
- 1.10. Os documentos relacionados a seguir fazem parte integrante deste edital para todos os fins e efeitos:
  - 1.10.1. Anexo I: Quadro quantitativo dos itens;
  - 1.10.2. Anexo II: Modelo de proposta de preços eletrônica.
  - 1.10.3. Anexo III: Modelo de proposta readequada.
  - 1.10.4. Anexo IV: minuta de termo de contrato e seus anexos;
  - 1.10.5. Anexo V: declaração de atendimento à legislação vigente;
  - 1.10.6. Anexo VI: termo de referência e seus anexos;

**2. DA LICITAÇÃO**

**2.1. Do objeto**

- 2.1.1. Esta licitação destina-se a selecionar proposta objetivando **aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul**, conforme especificações, quantitativos e condições estabelecidas e previstas neste edital.



2.1.2. A licitação será dividida em lotes, conforme Anexo I, facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

## 2.2. Da execução da licitação

2.2.1. O processamento da licitação pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos – DGLC – será na qualidade de interveniente promotora, destinando-se o objeto licitado às necessidades da **Secretaria de Justiça e Reintegração Social**.

## 3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar desta licitação os interessados que atenderem às exigências estabelecidas neste edital.

3.1.1. Os itens ou lotes identificados com a expressão “**(Item exclusivo para ME/EPP)**”, no Anexo I, são de participação exclusiva de licitantes enquadrados como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), que atenderem às exigências estabelecidas neste edital; nos termos do art. 48 da Lei Complementar n.º 123/2006 e art. 4º da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo de sua participação nos demais itens ou lotes.

3.1.2. O licitante que deseja gozar do tratamento diferenciado previsto no art. 48, I ou III, da Lei Complementar n.º 123/2006 deverá firmar declaração de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do art. 3º, da Lei Complementar n.º 123/2006, bem como a declaração a que se refere o art. 4º, § 2º da Lei n.º 14.133/2021, conforme modelo anexo.

3.2. Não poderão disputar essa licitação:

3.2.1. aquele que não atenda às condições deste edital;

3.2.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.2.2.1. equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

3.2.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.2.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.2.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.2.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.2.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.2.8. agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante;

3.2.9. organizações da sociedade civil de interesse público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.2.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.2.11. sociedades cooperativas

3.3. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133/2021.



3.4. O impedimento de que tratam os itens 3.2.4 e 3.2.7 serão também aplicados ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.2.2 e 3.2.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6. A vedação de que trata o item 3.2.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.7. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei n.º 14.133/2021.

3.8. A participação na licitação implica, sem que tenha sido tempestivamente impugnado o edital, automaticamente, a aceitação integral e irrevogável dos termos e conteúdo deste edital, a observância dos preceitos legais e regulamentos em vigor; e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos enviados em qualquer fase da licitação, não cabendo, portanto, posterior reclamação.

#### 4. ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO OU PREGOEIRA

4.1. São atribuições do(a) pregoeiro(a):

4.1.1. conduzir e coordenar a sessão pública;

4.1.2. receber, examinar e manifestar-se sobre as impugnações e os pedidos de esclarecimento ao edital e aos anexos e, no caso de impugnações, encaminhá-las à autoridade competente para decisão. Para elaborar sua manifestação, o(a) pregoeiro(a) poderá requisitar subsídios aos órgãos ou agentes públicos que elaboraram o edital ou os anexos;

4.1.3. verificar a conformidade da proposta em relação aos requisitos estabelecidos neste Edital;

4.1.4. coordenar o envio de lances;

4.1.5. verificar e julgar as condições de habilitação;

4.1.6. sanear erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos de habilitação e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos;

4.1.7. promover diligências para:

4.1.7.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;

4.1.7.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

4.1.8. negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado;

4.1.9. receber, examinar e manifestar-se acerca dos recursos e encaminhá-los à autoridade competente para decisão;

4.1.10. indicar o vencedor da licitação;

4.1.11. conduzir os trabalhos da equipe de apoio;

4.1.12. encaminhar os autos devidamente instruídos à autoridade competente para propor a homologação da licitação e a adjudicação de seu objeto.

4.2. O(a) pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação da assessoria jurídica ou de outros setores do órgãos ou entidade, a fim de subsidiar suas decisões.



## 5. CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

5.1. As pessoas físicas ou jurídicas deverão dispor de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico, emitida pelo sistema de Cadastro Geral de Fornecedores do Estado de Santa Catarina da Secretaria de Estado da Administração.

5.1.1. A atribuição de chave de identificação e de senha, obtidas a partir da homologação do Cadastro Geral de Fornecedores, credenciará o interessado para participar do pregão eletrônico e o qualificará para fornecimento e envio de proposta eletrônica para o objeto correspondente ao grupo-classe indicado no edital.

5.1.2. Caso não consiga visualizar o processo para envio de proposta eletrônica, o credenciado precisa solicitar qualificação ao grupo-classe correspondente junto ao Cadastro Geral de Fornecedores.

5.1.3. O procedimento para inscrição e alterações, no cadastro geral de fornecedores, encontra-se disponível no site do Portal de Compras pelo endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br>, clicando em seguida no link "Fornecedores".

5.1.4. A chave de identificação e a senha poderão ser utilizadas em qualquer pregão na forma eletrônica, correspondente ao seu grupo-classe registrado no cadastro geral de fornecedores, para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa da Secretaria de Estado da Administração, devidamente justificada.

5.1.5. É de exclusiva responsabilidade do licitante o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.1.6. Os licitantes deverão comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

5.1.7. O credenciamento do licitante e de seu representante junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

5.1.8. Para o correto funcionamento do sistema recomendam-se os seguintes requisitos mínimos:

5.1.8.1. conexão de internet com velocidade nominal de 2MB ou superior;

5.1.8.2. navegadores Internet Explorer 9 ou superior, Chrome ou Firefox;

5.1.8.3. javascript habilitado e pop-ups liberados (não bloqueados).

## 6. DA PARTICIPAÇÃO NO SISTEMA ELETRÔNICO

6.1. A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio de acesso restrito e digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta eletrônica de preços, por meio do sistema eletrônico, observada data e horário limite estabelecidos.

6.1.1. O sistema de licitações estará disponível no endereço <http://portaldecompras.sc.gov.br/> ou <http://e-lic.sc.gov.br/>, na área de acesso restrito.

6.1.2. Efetuado *login* no sistema, o fornecedor somente irá visualizar os editais em que esteja cadastrado no grupo-classe.

6.2. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências previstas no edital.

6.2.1. Quando o licitante for beneficiário da Lei Complementar n.º 123/2006 deverá manifestar em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento das exigências previstas em lei.

6.2.2. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o licitante às sanções previstas na legislação vigente aplicável à matéria.



- 6.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 6.4. A inclusão de qualquer elemento que possa identificar o licitante importa na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
- 6.5. Caberá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.6. O licitante compromete-se a guardar até a homologação da licitação todos os documentos originais ou autenticados que forem anexados eletronicamente e a apresentá-los quando requerido pela Administração.
- 6.6.1. O licitante que celebrar contrato com a Administração deverá guardar os documentos indicados neste item durante todo o prazo de vigência do contrato e apresentá-los quando requerido pela Administração.
- 6.7. Os licitantes poderão solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.
- 6.8. O fornecedor descredenciado no cadastro geral de fornecedores terá sua chave de identificação e senha suspensas automaticamente.

## 7. DA PROPOSTA ELETRÔNICA DE PREÇOS

- 7.1. Após a divulgação do Edital no Portal Nacional de Contratações Públicas, os licitantes interessados deverão encaminhar proposta e, se for o caso, o(s) respectivo(s) anexo(s), até a data e hora marcadas para abertura da sessão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, quando, então, encerrar-se-á, automaticamente, a fase de recebimento de propostas.
- 7.2. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta enviada.
- 7.2.1. Não exercido o direito de retirada nos termos deste item, o licitante se obriga ao cumprimento das disposições contidas na proposta, em conformidade com o que dispõe o termo de referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos.
- 7.3. **Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei n.º 14.133/2021.**
- 7.4. Serão enviados aos licitantes, por e-mail, comprovante de recebimento das suas propostas eletrônicas enviadas, com a indicação do dia e respectivo horário de registro.
- 7.5. A proposta enviada não poderá ter prazo de validade inferior a 90 (noventa) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão, sendo esse o prazo considerado em caso de omissão.
- 7.6. Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida indicando o valor unitário do item, expressos em reais, com no máximo 4 (quatro) casas decimais no campo “valor da proposta”.
- 7.6.1. **A proposta deve atender aos requisitos indicados nos itens 4 e 8.5 do termo de referência, observado o item 10.5 deste edital.**
- 7.6.2. Quando exigida a indicação de marca na proposta, é permitido ao licitante a indicação de mais de uma marca, sendo elas submetidas à análise da equipe técnica quanto à sua aceitabilidade, devendo o licitante respeitar as especificações e condições estabelecidas neste edital.
- 7.7. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro motivo.
- 7.8. No valor da proposta devem estar inclusos todos os custos com a remuneração, encargos sociais, operacionais, previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais pertinentes ao fornecimento do objeto, bem como taxas, impostos, fretes, e quaisquer outros custos incidentes de forma direta ou indireta sobre ele.
- 7.8.1. **Excluem-se dessa exigência:**



7.8.1.1. As empresas catarinenses que, nos termos do Convênio ICMS 26/03, devem enviar as suas propostas de preços já com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

7.8.1.2. De acordo com esse Convênio, o qual foi aprovado pelo CONFAZ - Conselho Nacional de Política Fazendária, o benefício da isenção do ICMS está condicionado ao desconto no preço ao valor equivalente ao imposto dispensado e a indicação do valor do desconto no respectivo documento fiscal de venda ou prestação de serviços e à comprovação de inexistência de similar produzido no país, na hipótese de qualquer operação com mercadorias importadas do exterior, conforme previsto no parágrafo 1º da Cláusula Primeira do Convênio CONFAZ n.º 26/2003, ficando ressalvadas as hipóteses em que a isenção mencionada não se aplica nos termos previstos no Decreto estadual n.º 255, de 21 de maio de 2003.

7.8.1.3. A isenção supracitada não se aplica à licitante vencedora, quando:

7.8.1.3.1. a aquisição for efetuada com empresa cadastrada no SIMPLES/Nacional;

7.8.1.3.2. o objeto adjudicado for sujeito ao regime de substituição tributária, desde que efetuado com estabelecimento substituído.

7.8.1.4. Conforme o Convênio ICMS n.º 153/2015, referida isenção deve ser considerada no cálculo do valor do ICMS devido, correspondente à diferença entre a alíquota interestadual e a alíquota interna da unidade federada de destino da localização do consumidor final não contribuinte do ICMS.

7.8.1.5. Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a qualquer das Gerências Regionais da Fazenda Estadual – GERG, da Diretoria de Administração Tributária – DIAT, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)

7.8.1.6. As demonstrações de custos referentes ao IRPJ (imposto de renda da pessoa jurídica) e CSLL (contribuição social sobre o lucro líquido).

7.9. A proposta de preços com base nas especificações constantes neste Edital, estará condicionada às informações cadastradas no Sistema de Cadastro Geral de Fornecedores, que contém, obrigatoriamente, a razão social completa e CNPJ do licitante, endereço, telefone e endereço eletrônico (*e-mail*).

7.10. Os licitantes deverão manter suas informações cadastrais atualizadas junto ao cadastro geral de fornecedores, ficando responsáveis por quaisquer consequências, inclusive a não celebração de contratos, decorrentes da inobservância de mensagens divulgadas via *chat* ou emitidas pelo sistema junto ao seu endereço eletrônico (*e-mail*).

7.11. Observado o prazo de validade, as propostas apresentadas serão irrevogáveis e irrenunciáveis.

7.12. A apresentação de proposta implica a aceitação de todas as condições deste edital.

7.13. A licitante vencedora do certame, quando houver cotação de proposta por Lote, deverá ajustar sua proposta no Sistema eletrônico, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo de 01 (um) dia útil, contado a partir do encerramento do prazo para interposição de recursos.

7.13.1. Quando por lote, o valor unitário readequado não poderá ser superior àquele oferecido na proposta escrita.

## 8. DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

8.1. Iniciada a sessão pública do pregão, essa não será interrompida ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo pregoeiro ou pela pregoeira.

8.2. Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o pregoeiro determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimadas as licitantes.

8.3. O(a) pregoeiro(a) poderá suspender temporariamente a sessão para determinar alguma providência administrativa para o bom andamento dos trabalhos.

8.4. No caso de desconexão do(a) pregoeiro(a), no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.



8.5. Quando a desconexão do(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do pregão na forma eletrônico será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

## 9. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA ETAPA DE LANCES

9.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

9.2. A partir do horário previsto neste Edital terá início a sessão pública do pregão eletrônico, momento em que o sistema disponibilizará campo próprio (*Chat*) para troca de mensagens entre o(a) pregoeiro(a) e os licitantes.

9.3. O(A) pregoeiro(a) verificará as propostas eletrônicas enviadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

9.3.1. A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

9.3.2. O fornecedor que tiver a sua proposta desclassificada, terá o prazo de 5 (cinco) minutos a contar da comunicação de desclassificação para solicitar reconsideração, findo o qual, o pregoeiro irá analisar a justificativa, fundamentando sua decisão.

9.3.3. A não desclassificação da proposta pelo(a) pregoeiro(a) nos termos deste item não impede sua desclassificação na fase de julgamento.

9.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo pregoeiro, sendo que somente essas participarão da fase de lances.

9.5. As propostas apresentadas com o mesmo valor serão ordenadas automaticamente pelo sistema, por meio de sorteio eletrônico.

9.6. A partir do horário previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) dará início à etapa da disputa.

9.6.1. O(A) pregoeiro(a) abrirá a disputa do item ou lote quando então os licitantes poderão encaminhar lances, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico.

9.6.2. Será considerado como primeiro lance a proposta inicial apresentada.

9.7. Os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informado do seu recebimento e do valor consignado no registro, visualizando seu horário e valor no link "histórico de lances".

9.8. Os licitantes somente poderão oferecer lances de valor inferior, no caso de critério de julgamento de menor preço, ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

9.9. Somente o licitante de menor lance dentre os ofertados, no caso de critério de menor preço, e enquanto mantiver esta situação, visualiza em tempo real o ícone "troféu".

9.10. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

9.11. O sistema não identificará os autores dos lances, podendo visualizar valores e horários registrados no link "histórico de lances".

9.12. O procedimento seguirá de acordo com o **modo de disputa indicado no preâmbulo deste edital**.

9.12.1. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o **modo de disputa "aberto e fechado"**, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

9.12.1.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

9.12.1.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela



possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.1.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.12.1.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.12.1.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

### 9.13. Do empate

9.13.1. Ocorrendo empate será assegurada, como primeiro critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte.

9.13.2. Entende-se por empate aquelas situações em que adotado o critério de julgamento de menor preço, os lances finais enviados pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta ou lance mais bem classificado, conforme disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, situação na qual proceder-se-á da seguinte forma:

9.13.2.1. o sistema aplicará automaticamente o benefício da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, quando houver empresas dentro das condições previstas na lei;

9.13.2.2. o sistema convocará automaticamente a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, momento que abrirá campo para recepção de lances, para enviar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame no prazo máximo de 5 (cinco) minutos sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

9.13.2.3. não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, do *caput* do art. 45, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, serão convocados os remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.13.2.4. no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º, do art. 44, da Lei Complementar n.º 123/2006 e suas alterações, será realizado sorteio automático entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá enviar melhor oferta.

9.13.3. O disposto no item anterior somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido enviada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.13.4. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

9.13.5. Depois de adotados os critérios de desempate previstos nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, só poderá haver empate entre propostas de igual valor (não seguidas de lances), ou entre lances finais de igual valor.

9.13.6. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021, nesta ordem:

9.13.6.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

9.13.6.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

9.13.6.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

9.13.6.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.



9.13.7. Conforme art. 60, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021, persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

9.13.7.1. empresas estabelecidas no território do Estado de Santa Catarina;

9.13.7.2. empresas brasileiras;

9.13.7.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

9.13.7.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei n.º 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

9.13.7.5. Persistindo ainda o empate, será realizado sorteio para definição do melhor classificado.

#### 9.14. Da negociação

9.14.1. O sistema automaticamente verificará os requisitos para a aplicação da Lei Complementar n.º 123/2006 e na sequência o(a) pregoeiro(a) poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

9.14.1.1. Deverá o(a) pregoeiro(a), antes de anunciar o vencedor, encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha enviado o lance de menor preço, para que seja obtida melhor proposta, bem como decidir sobre sua aceitação, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no edital.

9.14.1.2. A negociação será realizada por intermédio do sistema de troca de mensagens (chat), podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

9.14.1.3. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

9.14.1.4. Para itens divididos em cota reservada para ME/EPP e cota de livre participação, caso a cota reservada reste deserta ou frustrada, o(a) pregoeiro(a) consultará o licitante vencedora da cota de ampla concorrência, independente desta ser ME/EPP ou não, acerca do interesse em assumir a cota reservada de ME/EPP. Caso esta manifeste o interesse, a cota reservada será adjudicada em seu favor.

9.14.1.5. Se a mesma empresa vencer a cota reservada para microempresa e empresa de pequeno porte e a cota de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço cotado.

## 10. DA FASE DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

10.1. Encerrada a etapa de negociação, será(ão) considerada(s) primeira colocada, a(s) proposta(s) que, obedecidas as condições, especificações e procedimentos estabelecidos neste edital, apresentar o menor preço para o(s) item(ns) ou lote(s), conforme indicado no item 2 deste edital.

10.2. O(A) pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei n.º 14.133/2021, legislação correlata, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

10.2.1. da existência de registros impeditivos da contratação no CGU-PAD, que contempla Certidão negativa correcional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM), e Certidão negativa correcional (ePAD e CGU-PAD) (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

10.2.2. da existência de registros impeditivos da contratação no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

10.2.3. a consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa do licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n.º 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

10.2.4. caso conste na consulta de situação do licitante a existência de ocorrências, o licitante será convocado para manifestação no prazo de 05 (cinco) minutos) previamente a eventual desclassificação.



10.3. Serão desclassificadas as propostas que:

- 10.3.1. não obedecerem às especificações técnicas contidas no termo de referência;
- 10.3.2. não apresentarem documento adicional solicitado pela Administração, quando necessário para verificação de requisitos previstos em lei ou neste edital;
- 10.3.3. quando exigido pelo termo de referência, não apresentarem amostra ou protótipo;
- 10.3.4. contiverem vícios insanáveis;
- 10.3.5. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela administração;
- 10.3.6. apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

10.4. O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que envie:

10.4.1. **A proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, conforme Anexo III deste edital e requisitos da proposta previsto nos itens 4 e 8.5 do termo de referência.**

10.4.2. **Além dos requisitos e informações previstos no termo de referência, a proposta adequada ao último lance ofertado deverá conter e vir acompanhada das seguintes informações e documentos:**

10.4.2.1. **Declaração de atendimento à legislação vigente, conforme anexo deste edital.**

10.4.2.2. **Os documentos exigidos para habilitação deste edital que não estejam contemplados no CCF, ou que estejam vencidos neste cadastro.**

10.5. Caso o termo de referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no termo de referência, sob pena de desclassificação.

10.6. Não serão consideradas, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens não previstas no edital.

10.7. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

10.8. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

## 11. DA HABILITAÇÃO

11.1. A habilitação dos licitantes será analisada por meio do Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, emitido pela Diretoria de Gestão de Licitações e Contratos - DGLC, da Secretaria de Estado da Administração, pertinente ao grupo-classe objeto desta licitação, para verificação da regularidade nos documentos por ele abrangidos, devendo apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas.

11.1.1. Quando adotada a inversão das fases de habilitação e julgamento (ver item 9.1 deste edital), caso atendidas as condições de participação, será iniciada a fase de habilitação.

11.2. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no CCF ou que estejam vencidos no cadastro deverão ser apresentados por meio eletrônico, após convocação do(a) pregoeiro(a) no sistema eletrônico via “Chat”, em até 01 (um) dia útil, inseridos como anexos no sistema eletrônico.

11.2.1. O(A) pregoeiro(a) ou equipe de apoio verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores das certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados.

11.3. **O licitante melhor classificado deverá apresentar os documentos de habilitação jurídica; de habilitação fiscal, social e trabalhista; de comprovação de qualificação econômico-financeira e de comprovação de qualificação técnica indicados no item 8.7 do termo de referência.**

11.3.1. Os comprovantes de habilitação fiscal e trabalhista exigidos no termo de referência deverão apresentar prazo de validade, no mínimo, até a data limite fixada para a abertura das propostas. Não constando no documento seu prazo de validade, será considerado o prazo de 90 (noventa) dias da data da emissão.

11.3.2. Os documentos solicitados por meio eletrônico deverão ser inseridos como anexos no sistema, no prazo de até 01 (um) dia útil, a contar da convocação do(a) pregoeiro(a), via “CHAT”.



11.3.3. Todos documentos deverão ser apresentados em língua portuguesa, ou original em língua estrangeira acompanhado de tradução realizada por tradutor oficial, por meio eletrônico, em até 01 (um) dia útil após convocação do pregoeiro via “chat”, inseridos como anexos no sistema eletrônico.

11.3.4. O(A) pregoeiro(a) ou a equipe de apoio verificará nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, a autenticidade dos documentos solicitados e enviados, constituindo meio legal de prova, para fins de habilitação.

11.3.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

11.3.6. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (art. 64 da Lei n.º 14.133/2021):

11.3.6.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

11.3.6.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

11.4. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e realizará a negociação, e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital.

11.5. **Quando permitida a participação de consórcio de pessoas jurídicas**, observar-se o disposto no item 8.4 do termo de referência.

11.5.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de percentual indicado no item 8.4 do termo de referência para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

11.6. **Da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte:**

11.6.1. A regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte que apresentem restrição (documento vencido) no Certificado de Cadastro de Fornecedores – CCF, deverá ser comprovada, com o encaminhamento de documento hábil no prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

11.6.2. A não regularização da documentação, no prazo estabelecido, implicará a decadência do direito da microempresa ou empresa de pequeno porte à contratação, sem prejuízo das sanções administrativas cabíveis por descumprimento de obrigações previstas neste Edital e na legislação vigente aplicável à matéria, sendo facultada à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato ou revogar a licitação.

11.6.3. A verificação posterior de que, nos termos da lei, o declarante não se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará a aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo de apuração de ocorrência da prática de crime.

## 12. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei n.º 14.133/2021.

12.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata, observado o seguinte:

12.2.1. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante, qualquer licitante poderá manifestar sua intenção de recorrer, de forma imediata,



em campo próprio do sistema, sendo-lhe concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a envio das razões do recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a enviar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista dos autos.

12.2.2. A falta de manifestação imediata do licitante quanto à intenção de recorrer, nos termos do subitem 12.2.1, importará na preclusão desse direito.

12.2.3. Para fins deste edital considera-se “imediata” a manifestação realizada no prazo de 30 (trinta) minutos, contado a partir do encerramento da fase de habilitação.

12.2.4. Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n.º 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

12.3. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

12.3.1. Consideram-se válidos os recursos registrados no sistema, desde que devidamente assinados, não sendo obrigatório o encaminhamento de documento original.

12.3.2. O sistema permite, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro do recurso, inserir anexos antes de fechar a janela.

12.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.5. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.6. Não serão conhecidos os recursos apresentados fora do prazo legal.

12.7. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

12.8. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, conforme orientações deste Edital.

### 13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVA E DAS SANÇÕES

13.1. Comete infração administrativa, o licitante que, com dolo ou culpa:

13.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a);

13.1.2. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

13.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

13.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

13.1.2.3. pedir para ser desclassificado após apresentação da proposta inicial;

13.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou

13.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações deste Edital;

13.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.4. recusar-se, sem justificativa aceita pela Administração, a assinar a ata de registro de preços, quando adotado o sistema de registro de preços;

13.1.5. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.1.6. fraudar a licitação;

13.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

13.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

13.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

13.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.1.8. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



- 13.1.9. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 13.2. Com fulcro na Lei n.º 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, quando for o caso:
- 13.2.1. advertência;
- 13.2.2. multa;
- 13.2.3. impedimento de licitar e contratar e
- 13.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
- 13.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 13.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
- 13.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 13.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 13.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 13.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor estimado para o(s) item(ns) ou lote(s) (art. 6º, parágrafo único do Decreto estadual n.º 441/2024), recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
- 13.4.1. Para as infrações previstas nos itens 13.1.1 e 13.1.2 a multa será de 0,5% a 1%.
- 13.4.2. Para as infrações previstas nos itens 13.1.3, 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 20%.
- 13.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, à penalidade de multa.
- 13.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
- 13.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos (art. 8º, § 1º, do Decreto estadual n.º 441/2024).
- 13.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 9º do Decreto Estadual n.º 441/2024.
- 13.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata de registro de preço ou o contrato, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descritas nos itens 13.1.3 e 13.1.4, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.
- 13.10. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- 13.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o



recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

#### 14. DO REGISTRO DE PREÇOS

14.1. Esta licitação não é processada pelo sistema de registro de preços.

#### 15. DA CONTRATAÇÃO

15.1. Vinculam contratante e contratado(a), independentemente de transcrição no termo do contrato, este edital de licitação, os documentos, propostas e informações apresentadas pelo licitante vencedor e que deram suporte ao julgamento da licitação, bem como todos anexos e complementos desses documentos.

15.2. As regras relativas ao prazo de vigência, à possibilidade de prorrogação, à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento constam no termo de referência e, quando for o caso, na minuta de termo de contrato anexos a este edital.

15.3. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 25/03/2026. (art. 25, § 7º, da Lei n.º 14.133/2021).

15.3.1. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do(a) contratado(a), os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

15.3.2. Demais regras do reajuste constam na ata de registro de preços ou no termo de contrato, conforme o caso.

15.4. O(A) contratado(a) deverá apresentar relação contendo o nome dos sócios, CPF, endereço da sede e foto da fachada, para publicação no Portal da Transparência, conforme Lei Estadual n.º 17.983/2020.

#### 15.5. Da formalização do contrato

15.5.1. A celebração do(s) contrato(s) será formalizada com o órgão requisitante, mediante assinatura de termo de contrato, conforme minuta anexa a este Edital.

15.5.1.1. Transcorrido o prazo recursal, homologado o processo licitatório e adjudicado o objeto, o licitante vencedor será convocado via endereço eletrônico (e-mail) para, no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data da convocação, assinar o termo de contrato.

15.5.1.2. A assinatura do termo do contrato se dará de forma eletrônica, mediante uso de certificação digital ICP Brasil, no mesmo prazo indicado no subitem acima.

15.5.1.3. O licitante convocado poderá pedir prorrogação do prazo, por igual período, para assinatura do termo do contrato, desde que formulada no curso do prazo inicial e alegado justo motivo, condicionado o atendimento do requerido à aceitação dos motivos pela contratante.

15.5.1.4. Se o licitante vencedor não apresentar situação de habilitação regular ou se recusar a assinar o termo do contrato, poderá ser convocado outro licitante.

15.5.1.4.1. Neste caso, será observada a ordem de classificação, averiguada a aceitabilidade de sua oferta, procedendo a sua habilitação e, sucessivamente, até a apuração de um que atenda ao edital e seus anexos.

#### 15.6. Garantia da execução contratual



15.6.1. A disciplina da garantia da execução contratual, quando exigida, encontra-se no termo do contrato.  
15.6.1.1. Caso exigido garantia da execução contratual, se o licitante optar pela modalidade seguro-garantia, deverá prestar a garantia no prazo de 1 (um) mês, contado da data de homologação desta

licitação e anterior à assinatura do contrato (art. 96, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021)

#### 15.7. Da subcontratação

15.7.1. A possibilidade ou não de subcontratação e, em sendo o caso, as condições que devem ser observadas constam no item 4.5 do termo de referência.

### 16. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Qualquer pessoa, até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão, poderá impugnar o ato convocatório ou solicitar esclarecimento sobre os seus termos, exclusivamente por meio eletrônico via internet, nos endereços eletrônicos [www.portaldecompras.sc.gov.br](http://www.portaldecompras.sc.gov.br), quando optar por efetuar o download do edital como interessado ou [e-lic.sc.gov.br](http://e-lic.sc.gov.br), quando acessar o *link* do processo, selecionando painel de controle botão “Fórum”.

16.2. Fornecedores cadastrados ao efetuar o *login* poderão realizar impugnação acessando o processo eletrônico e selecionando o botão “Impugnação”.

16.3. O sistema permite inserir anexos na aba correspondente, após salvar as informações iniciais e emitir o número de registro da impugnação.

16.4. São válidas as impugnações registradas no sistema, com ou sem anexos, não sendo obrigatório o encaminhamento de documento original.

16.5. Não serão aceitos quaisquer documentos senão pelo sistema eletrônico.

16.6. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

16.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

### 17. DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. A obtenção de cópias e a concessão de vista aos autos do processo licitatório obedecerão aos seguintes procedimentos:

17.1.1. cópia deste edital e seus anexos poderá ser obtida pelos interessados, no endereço eletrônico <http://portaldecompras.sc.gov.br/>.

17.1.2. Vista dos autos do processo licitatório poderá ser realizada no endereço eletrônico <http://www.sea.sc.gov.br/>, por intermédio do *link* “SGP-e” informando o n.º do processo **SGPe SAP 130023/2025**.

17.2. É facultado ao(à) pregoeiro(a) ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

17.3. A homologação do processo licitatório não implicará direito do licitante à contratação.

17.4. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

17.5. A Secretaria de Estado da Administração – SEA poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

17.6. O presente edital e seus anexos poderão ser alterados, pela Secretaria de Estado da Administração – SEA, antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de terceiros, atendido o que estabelece a Lei n.º 14.133/2021, bem como adiado ou prorrogado o prazo para recebimento ou a abertura das propostas eletrônicas e documentos adicionais.



17.7. Caso ocorram alterações neste Edital, elas serão disponibilizadas no site <http://portaldecompras.sc.gov.br/> e enviadas aos interessados registrados.

17.8. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

17.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerão as deste Edital.

17.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, observar-se-á o disposto no art. 183 da Lei n.º 14.133/2021.

17.11. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com prevalência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para apreciação judicial de quaisquer questões resultantes deste Edital.

Florianópolis, data da assinatura digital.

**Vânio Boing**  
**Secretário de Estado da Administração**  
*(Assinado Digitalmente)*



**ANEXO I**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0240/2026**  
**QUADRO QUANTITATIVO DOS ITENS**

1. **OBJETO:** Aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul, nos termos do Anexo I - Planilha de Especificações, Quantitativos e Valores Estimados por Lote, parte integrante deste termo de referência.

ITEM	GRUPO CLASSE	CÓDIGO	DESCRIPTIVO	UNIDADE	QUANTIDADE
<b>LOTE I - OFICINAS DE MANUTENÇÃO (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)</b>					
1	2609	006297029	ELETRODO - DE CARVAO EM KG ELETRODO - DE CARVAO REVESTIDO PARA SOLDA ELETRICA 2.5MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Kg	30
2	2609	006297029	ELETRODO - DE CARVAO EM KG ELETRODO - DE CARVAO REVESTIDO PARA SOLDA ELETRICA 3.25MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Kg	30
<b>LOTE II - ILUMINAÇÃO (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)</b>					
3	2701	085480029	REFLETOR DE LUZ - LED 100 WATTS. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	100
<b>LOTE III - FERRAMENTAS (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)</b>					
4	2806	504220131	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Haste: cilíndrica DIN: 338 Medidas: 10,0mm BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 10,0mm. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	3
5	2806	504220133	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Haste: cilíndrica DIN: 338 Medidas: 12,0mm BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 12,0mm. Demais especificações conforme o	Peça	3



			Termo de Referência anexo ao edital.		
6	2806	504220119	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Haste: cilíndrica DIN: 338 Medidas: 4,0mm BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 4,0mm. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	20
7	2806	504220121	ROCA - Material: aço rápido (HSS) Haste: cilíndrica DIN: 338 Medidas: 5,0mm BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 5,0mm. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	20
8	2802	013773059	DISCO DE CORTE - Material: diamantado Diâmetro: 110mm Espessura: 1,8mm Furo: 20mm Aplicação: corte em mármore, granito, concreto, tijolos, telhas, alvenaria e pedras à seco DISCO DE CORTE - Material: diamantado Diâmetro: 110mm Espessura: 1,8mm Furo: 20mm Aplicação: corte em mármore, granito, concreto, tijolos, telhas, alvenaria e pedras à seco+B17:T32. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	30
9	2802	013773063	DISCO DE CORTE - Material: óxido de alumínio Diâmetro: 14" (355mm) Espessura: 3mm Furo: 22,23mm Aplicação: corte em aço e metais ferrosos DISCO DE CORTE - Material: óxido de alumínio Diâmetro: 14" (355mm) Espessura: 3mm Furo: 22,23mm Aplicação: corte em aço e metais ferrosos. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	30
10	2802	013773004	DISCO DE CORTE - Material: óxido de alumínio Diâmetro: 9" (230mm) Espessura: 3mm Furo: 22,23mm Aplicação: corte em aço e metais ferrosos DISCO DE CORTE -	Peça	30



			Material: óxido de alumínio Diâmetro: 9" (230mm) Espessura: 3mm Furo: 22,23mm Aplicação: corte em aço e metais ferrosos. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
11	2802	013773006	DISCO DE CORTE - Tipo: para esmerilhadeira angular Material: óxido de alumínio Diâmetro: 7" (180mm) Furo: 22,23mm Espessura: 6,4mm Aplicação: desbaste de metais ferrosos DISCO DE CORTE - Tipo: para esmerilhadeira angular Material: óxido de alumínio Diâmetro: 7" (180mm) Furo: 22,23mm Espessura: 6,4mm Aplicação: desbaste de metais ferrosos. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	10
12	2802	013773053	DISCO DE CORTE - Tipo: para serra mármore Material: aço carbono Diâmetro: 9 1/4" (235mm) Furo: 20mm Quantidade dentes: 24 Aplicação: corte em madeira Acompanha: bucha de redução DISCO DE CORTE - Tipo: para serra mármore Material: aço carbono Diâmetro: 9 1/4" (235mm) Furo: 20mm Quantidade dentes: 24 Aplicação: corte em madeira Acompanha: bucha de redução. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	10
13	2802	504221436	DISCO PARA LIXADEIRA - Tipo: flap Diâmetro: 115mm Espessura: 6mm Furo: 22,23mm (7/8") Grão: 40 DISCO PARA LIXADEIRA - Tipo: flap Diâmetro: 115mm Espessura: 6mm Furo: 22,23mm (7/8") Grão: 40. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Disco	15
14	2801	504221655	FERRAMENTAS MANUAIS CONSUMO - Desempenadeira	Peça	5



			Material: aço inoxidável Medidas: mínimo 12 x 25cm Características adicionais: lisa e com cabo de plástico FERRAMENTAS MANUAIS CONSUMO - Desempenadeira Material: aço inoxidável Medidas: mínimo 12 x 25cm Características adicionais: lisa e com cabo de plástico. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
15	2804	073890017	TRENA - Material: aço com pintura fosca antirreflexo Comprimento: 10 m Largura lâmina: 25 mm TRENA - Material: aço com pintura fosca antirreflexo Comprimento: 10 m Largura lâmina: 25 mm. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	5

**LOTE IV - MATERIAIS DE ORIGEM MINEIRAL PARA CONSTRUÇÃO CIVIL  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

16	4501	025186001	AREIA - Tipo: lavada Granulometria: fina Origem: rio Aplicação: reboco e acabamento AREIA - FINA. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	m <sup>3</sup>	15
17	4501	025186002	AREIA - Tipo: lavada Granulometria: média Origem: rio Aplicação: assentamento de tijolos/blocos AREIA - MEDIA. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	m <sup>3</sup>	15
18	4501	025895002	PEDRA BRITADA - (BRITA) 1 BRITA - NUMERO 01.	m <sup>3</sup>	15
19	4501	026107001	CAL HIDRATADO CAL HIDRATADO - EMBALAGEM COM 20 KG CAL HIDRATADO - EMBALAGEM COM 20 KG. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Saco	25
20	4501	003034002	CIMENTO - SACO COM 50 KG. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao	Saco	100



			edital.		
21	4501	075604004	CONCRETO - Bloco Medidas: 14 x 19 x 39cm Tipo: estrutural. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Bloco	1.000
22	4501	025887019	TIJOLO - TIJOLO 6 F DE 9X14X24 REGIAO OESTE. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	2.000

**LOTE V - MADEIRAS E DERIVADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

23	4502	026964016	CHAPA DE MADEIRA - COMPENSADO NAVAL, ESPESSURA 20MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	30
24	4502	027057019	CAIBRO DE MADEIRA - DE PINHEIRO, MEDINDO 15CM ALTURA X 8CM DE LARGURA (Qtd equivalente a 250 Barras de 6 Metros). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	1.500
25	4502	056936015	RIPA DE MADEIRA - DE PINUS, 3 METROS. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	200
26	4502	056936017	RIPA DE MADEIRA - RIPÃO PINUS 5CM X 5CM X 3M. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	60
27	4502	002941091	TABUA DE MADEIRA - PINUS 3MT. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	6

**LOTE VI - COBERTURA EM FIBROCIMENTO  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

28	4505	003166052	TELHA - FIBROCIMENTO S/ AMIANTO 2.440X1100X6MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	100
----	------	-----------	---	------	-----

**LOTE VII - MATERIAIS DE PINTURA E PRESERVAÇÃO**



<b>(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)</b>					
29	5001	504221564	PINCEL PARA PINTURA - Tipo: trincha Cerdas: branca Tamanho: 3 polegada (76,2mm) Cabo: madeira ou plástico anatômico Aplicação: vernizes, stains e resinas (madeira). PINCEL PARA PINTURA - Tipo: trincha Cerdas: branca Tamanho: 3 polegada (76,2mm) Cabo: madeira ou plástico anatômico Aplicação: vernizes, stains e resinas (madeira). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	10
30	5001	025860026	ROLO PARA PINTURA PREDIAL - Material: lã sintética Comprimento: 23cm Altura lã: entre 9 e 10mm Características adicionais: anti-respingo e com garfo (suporte) de aço galvanizado. ROLO PARA PINTURA PREDIAL - Material: lã sintética Comprimento: 23cm Altura lã: entre 9 e 10mm Características adicionais: anti-respingo e com garfo (suporte) de aço galvanizado. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	10
31	5002	504221607	SOLVENTE - Tipo: aguarrás Aplicação: diluição tintas a óleo, esmaltes sintéticos e vernizes, formulação de tintas e limpeza de ferramentas e metais SOLVENTE - Tipo: aguarrás Aplicação: diluição tintas a óleo, esmaltes sintéticos e vernizes, formulação de tintas e limpeza de ferramentas e metais. (Qtd equivalente a 30 Latas com 900ml). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Mililitro	27.000
32	5002	504221510	TINTA - Tipo: acrílica Cor: branca Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 4m <sup>2</sup> /l Aplicação: pisos e cimentados TINTA - Tipo: acrílica Cor: branca	Mililitro	630.000



			Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 4m <sup>2</sup> /l Aplicação: pisos e cimentados. (Qtd equivalente a 35 galões de 18L). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital		
33	5002	504221596	TINTA - Tipo: esmalte sintético Cor: branca Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 3m <sup>2</sup> /l TINTA - Tipo: esmalte sintético Cor: branca Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 3m <sup>2</sup> /l. (Qtd equivalente a 3 Latas com 3,6L). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Mililitro	10.800
34	5002	504221511	TINTA - Tipo: acrílica Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 6m <sup>2</sup> /l Aplicação: pisos e cimentados TINTA - Tipo: acrílica Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 6m <sup>2</sup> /l Aplicação: pisos e cimentados - COR AMARELO. (Qtd equivalente a 2 galões de 18L). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Mililitro	36.000
35	5002	504221511	TINTA - Tipo: acrílica Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 6m <sup>2</sup> /l Aplicação: pisos e cimentados TINTA - Tipo: acrílica Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 6m <sup>2</sup> /l Aplicação: pisos e cimentados - COR VERMELHA. (Qtd equivalente a 2 galões de 18L). Demais	Mililitro	36.000



			especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
36	5002	504221509	TINTA - Tipo: epóxi Composição base: água Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Rendimento: mínimo 5m <sup>2</sup> /l TINTA - Tipo: epóxi Composição base: água Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Rendimento: mínimo 5m <sup>2</sup> /l - COR CINZA. (Qtd equivalente a 10 galões de 18L ). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Mililitro	180.000
37	5002	504221597	TINTA - Tipo: esmalte sintético Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 4m <sup>2</sup> /l TINTA - Tipo: esmalte sintético Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 4m <sup>2</sup> /l - COR PRETA. (Qtd equivalente a 3 galões de 3,6L). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Mililitro	10.800
38	5002	504221602	TINTA - Tipo: zarcão Aspecto físico: líquido Rendimento: mínimo 8m <sup>2</sup> /l TINTA - Tipo: zarcão Aspecto físico: líquido Rendimento: mínimo 8m <sup>2</sup> /l. (Qtd equivalente a 30 Latas com 900ml). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Mililitro	27.000

**LOTE VIII - MATERIAIS METALICOS PARA TRANSFORMAÇÃO  
(LIVRE CONCORRÊNCIA)**

39	5103	504222747	BARRA DE FERRO - Tipo: chata Material: aço carbono Dimensão: 2" (50,8mm) Espessura: 3/16" (4,76mm) - (Qtd equivalente a 140 Barras de 6 Metros). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	630
----	------	-----------	--	-------	-----



40	5103	504222168	BARRA DE FERRO - Tipo: redondo Material: aço nervurado (vergalhão) Diâmetro: 3/8" (9,53mm) - (Qtd equivalente a 200 Barras de 6MT). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	900
41	5103	504222748	BARRA DE FERRO - Tipo: redondo Material: ferro mecânico liso Diâmetro: 5/8" (15,87mm) - (Qtd equivalente a 200 Barras de 6 Metros). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	900
42	5101	074748004	CANTONEIRA DE AÇO - Formato "L", Comprimento 6 M, Espessura 1/ 4 Pol, Largura Aba 2 1/2 Pol. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	15
43	5102	062545018	CHAPA DE AÇO - EXPANDIDA. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	75

**LOTE IX - MATERIAIS METALICOS PARA TRANSFORMAÇÃO  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

44	5103	504222747	BARRA DE FERRO - Tipo: chata Material: aço carbono Dimensão: 2" (50,8mm) Espessura: 3/16" (4,76mm) - (Qtd equivalente a 140 Barras de 6 Metros). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital. - Item exclusivo para ME/EPP	Metro	210
45	5103	504222168	BARRA DE FERRO - Tipo: redondo Material: aço nervurado (vergalhão) Diâmetro: 3/8" (9,53mm) - (Qtd equivalente a 200 Barras de 6MT). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital. - Item exclusivo para ME/EPP	Metro	300
46	5103	504222748	BARRA DE FERRO - Tipo: redondo Material: ferro mecânico liso Diâmetro: 5/8" (15,87mm) - (Qtd equivalente a 200 Barras de 6	Metro	300



			Metros). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital. - Item exclusivo para ME/EPP		
47	5101	074748004	CANTONEIRA DE AÇO - Formato "L", Comprimento 6 M, Espessura 1/ 4 Pol, Largura Aba 2 1/2 Pol. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital. - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	5
48	5102	062545018	CHAPA DE AÇO - EXPANDIDA. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital. - Item exclusivo para ME/EPP	Peça	25

**LOTE X - TRANSMISSAO E DISTRIBUICAO DE ENERGIA ELETRICA  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

49	5407	001791093	CABO ELETRICO ELETRONICO - FLEXIVEL 10MM BRANCO CABO ELETRICO ELETRONICO - FLEXIVEL 10MM - COR PRETA. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	50
50	5407	001791054	CABO ELETRICO ELETRONICO - Tipo: elétrico flexível Diâmetro: 4,0 mm <sup>2</sup> Cor: azul Classe: 4 -BWF-B Tensão: 750V CABO ELETRICO ELETRONICO - Tipo: elétrico flexível Diâmetro: 4,0 mm <sup>2</sup> Cor: azul Classe: 4 -BWF-B Tensão: 750V. (Qtd equivalente 2 Rolos de 100MT). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	200
51	5407	001791055	CABO ELETRICO ELETRONICO - Tipo: elétrico flexível Diâmetro: 4,0 mm <sup>2</sup> Cor: preta Classe: 4 -BWF-B Tensão: 750V CABO ELETRICO ELETRONICO - Tipo: elétrico flexível Diâmetro: 4,0 mm <sup>2</sup> Cor: preta Classe: 4 -BWF-B Tensão: 750V. (Qtd equivalente 2 Rolos de 100MT). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	200



52	5410	061689041	CONDULETE - ADAPTADOR PARA CONDULETE 3/4. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	80
53	5410	061689041	CONDULETE (4X2 ¾). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	35

**LOTE XI - MATERIAIS E COMPONENTES ELETRICOS E ELETRONICOS  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

54	5611	002550011	FITA ISOLANTE - Classe: B Medidas: 0,15 mm 19 mm x 20m (E x L x C) Cor: preta Tensão: 750V FITA ISOLANTE - Classe: B Medidas: 0,15 mm 19 mm x 20m (E x L x C) Cor: preta Tensão: 750V. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Rolo	10
55	5608	002500001	RELE FOTO ELETRICO - POTENCIA 1000 WATTS, 220 VOLTS RELE FOTOELETRICO - POTENCIA 1000 WATTS, 220 VOLTS. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	100
56	5607	002496050	TOMADA ELETRICA - PARA CONDULETE, 10A TOMADA ELETRICA - PARA CONDULETE, 10A. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	40
57	5607	036897005	TUBO ELETRODUTO - BARRA ELETRODUTO CONDULETE 3/4 DE 03 METROS TUBO ELETRODUTO - BARRA ELETRODUTO CONDULETE 3/4 DE 03 METROS - COR CINZA. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	15

**LOTE XII - TUBOS, MANGUEIRAS E CONEXOES  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

58	4902	003549048	CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - ENGATE (REDUCAO) DE 40MM E 1/2 EM PLASTICO P/ENCAN. DE	Peça	20
----	------	-----------	--	------	----



			BANH. CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - ENGATE (REDUCAO) DE 40MM E 1/2 EM PLASTICO P/ENCAN. DE BANH. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
59	4902	003549089	CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - JOELHO EM PVC, 90 GRAUS, 50MM CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - JOELHO EM PVC, 90 GRAUS, 50MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	15
60	4902	003549402	CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - TE EM PVC SOLDAVEL 50MM CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - TE EM PVC SOLDAVEL 50MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	15
61	4902	003549096	CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - TE EM PVC, ESGOTO, 100MM CONEXAO DE PLASTICO PARA INSTALACOES HIDRAULICAS-SANITARIAS - TE EM PVC, ESGOTO, 100MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	15
62	4902	003514014	TUBO PLASTICO - CANO DE ESGOTO, 40MM TUBO PLASTICO - CANO DE ESGOTO, 40MM. (Qtd equivalente 6 Barras de 6 Metros). Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Metro	36
63	4902	003514041	TUBO PLASTICO - PVC SOLDAVEL (25MM). (Qtd equivalente 10 Barras de 6 Metros). Demais	Metro	60



			especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
64	4302	003816104	COLA - ADESIVO PARA TUBO PVC. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	10

<b>LOTE XIII - DISPOSITIVOS DE FIXACAO, TELAS E ARAMES (LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)</b>					
65	4702	002143040	ARAME DE ACO - ARAME DE SOLDA MIG 0.8MM ARAME DE ACO - ARAME DE SOLDA MIG 0.8MM. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Kg	30
66	4702	002143010	ARAME DE ACO - RECOZIDO COM. P/CONSTRUCAO N.18 ARAME DE ACO - RECOZIDO COM. P/CONSTRUCAO N.18ROLO DE 1KG. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Kg	10
67	4703	102733007	PARAFUSO - PARA TELHA 6MM Parafuso - Parafuso, Material Galvanizado, Tipo Cabeça Sextavada, Comprimento 85 Mm, Diâmetro 8 Mm, Aplicação Telha Fibrocimento, Tipo Rosca Soberba. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	200
68	4703	504220361	BUCHA PARA FIXACAO - Diâmetro: 6,0 mm Material: nylon Tipo: KT (expansão) Aplicação: Gesso Drywall BUCHA PARA FIXACAO - Diâmetro: 6,0 mm Material: nylon Tipo: KT (expansão) Aplicação: Gesso Drywall. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	200
69	4703	504220357	PARAFUSO - Tipo: cabeça flangeada fenda cruzada (Phillips) Medidas: 6,0 x 50 mm Aplicação: chipboard Material: aço carbono PARAFUSO - Tipo: cabeça flangeada fenda cruzada (Phillips) Medidas: 6,0 x 50 mm Aplicação:	Peça	200



			chipboard Material: aço carbono. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
70	4703	504220381	PREGO DE ACO - Bitola: 17 x 27 Tipo de cabeça: cônica e axadrezada Tipo de corpo: liso Tipo de ponta: diamante Material: aço PREGO DE ACO - Bitola: 17 x 27 Tipo de cabeça: cônica e axadrezada Tipo de corpo: liso Tipo de ponta: diamante Material: aço. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Kg	10

**LOTE XIV - SEGURANÇA, BUSCA E SALVAMENTO  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

71	5802	504221728	AVENTAL DE PROTEÇÃO - Material: raspa de couro Dimensões: mínimo 100 x 60cm (CxL)Características adicionais: inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras para ajuste AVENTAL DE PROTEÇÃO - Material: raspa de couro Comprimento: 100cm Largura: 60cm Características adicionais: inteiriço, sem emendas, com fivelas e tiras para ajuste. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Peça	10
72	5802	004600004	LUVA DE RASPA -Material: couro Punho: 20 cm Cor: cinza Tamanhos: P ao GG LUVA DE RASPA -Material: couro Punho: 20 cm Cor: cinza Tamanhos: P ao GG PAR. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.	Par	20

**LOTE XV - EQUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS PARA SOLDAGEM  
(LOTE EXCLUSIVO PARA ME/EPP)**

73	6111	039110020	MANOMETRO - PARA CILINDRO DE OXIGENIO CONJUNTO REGULADOR CILINDRO\, COMPONENTES:VÁLVULA\,	Peça	1
----	------	-----------	--	------	---



			MANÔMETRO\, MANGUEIRAS\ REGULADOR\ APLICAÇÃO:CILINDRO DE OXIGÊNIO. Demais especificações conforme o Termo de Referência anexo ao edital.		
--	--	--	---	--	--





**ANEXO III**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0240/2026**  
**MODELO DE PROPOSTA READEQUADA**  
**(INFORMAÇÕES OBRIGATÓRIAS)**

Apresentamos proposta atualizada para a aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul, observadas as especificações e condições do Edital nº 0240/2026 e seus Anexos.

Item	Objeto	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01				R\$	R\$

1. A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo
  - 1.1. Valores unitários e totais readequados ao valor total representado pelo lance vencedor;
  - 1.2. Razão Social da empresa e CNPJ;
  - 1.3. Endereço completo e atualizado;
  - 1.4. Telefone para contato;
  - 1.5. Endereço de e-mail;
  - 1.6. Representante legal da empresa (nome, CPF, RG, cargo/função na empresa, telefones de contato);
  - 1.7. Sócio(s) majoritário(s) da empresa (nome, CPF/CNPJ, RG) conforme ato constitutivo vigente.
  - 1.8. Dados bancários:
    - 1.8.1. Banco (nº e nome do banco para pagamento);
    - 1.8.2. nº da agência bancária com dígito;
    - 1.8.3. nº da conta bancária com dígito.
  - 1.9. A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo:
    - 1.9.1 Quando aplicável, a indicação da marca, do fabricante, do modelo e/ou da referência comercial, bem como a unidade de fornecimento, a quantidade ofertada, o valor unitário e o valor total do item, com indicação expressa da moeda. Deverá constar, ainda, o prazo de validade da proposta e o prazo de garantia do produto, quando cabível, além de declaração expressa de que o bem ofertado é novo, de primeiro uso, e atende integralmente às normas técnicas pertinentes, incluindo, quando aplicável, registro, certificação, selo de conformidade ou comprovação de atendimento a normas técnicas expedidas por órgão competente, como o INMETRO ou equivalente.



ANEXO IV  
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0240/2026  
MINUTA DO TERMO DE CONTRATO E SEUS ANEXOS

MINUTA DO TERMO DO CONTRATO N.º \*\*\*/\*\*\*\*  
Processo SGPe SAP 130023/2025

CONTRATO DE COMPRA QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O ESTADO DE SANTA CATARINA  
POR INTERMÉDIO DO(A) Secretaria de  
Justiça e Reintegração Social E O(A)  
\*\*\*.

O **ESTADO DE SANTA CATARINA**, por intermédio da **Secretaria de Justiça e Reintegração Social**, com sede na \*\*\*, inscrito(a) no CNPJ sob n.º \*\*\*, doravante denominado **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu(sua) ....., senhor(a) ....., portador do CPF n.º ....., e de outro lado ....., estabelecida na ....., inscrita no CNPJ sob o n.º ....., doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu ....., senhor(a) ....., portador do CPF n.º ....., firmam o presente instrumento de contrato, com a finalidade de atender necessidades do contratante, decorrente do Pregão Eletrônico n.º ....., e regido pela Lei n.º 14.133, de 01º de abril de 2021, e demais normas legais federais e estaduais vigentes.

1. **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO DO CONTRATO (art. 92, I, da Lei n.º 14.133/2021)**

1.1. Constitui objeto do presente contrato a **aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul**, conforme especificações constantes no Anexo I do edital de licitação.

1.2. **Prazo de vigência e prorrogação**

1.2.1. O termo inicial do prazo de vigência está indicado no termo de referência. Na forma do art. 105 da Lei n.º 14.133/2021, o contrato permanecerá vigente enquanto perdurarem os prazos de execução, recebimento provisório e definitivo e de pagamento, estipulados no termo de referência.

1.2.1.1. Eventual prorrogação do prazo de vigência obedecerá ao disposto no art. 111 da Lei n.º 14.133/2021.

2. **CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO AOS DOCUMENTOS DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO (art. 92, II, da Lei n.º 14.133/2021)**

2.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1.1. o termo de referência e seus anexos;

2.1.2. o edital da licitação ou ato que tiver autorizado a contratação direta e respectivos anexos;

2.1.3. a proposta do(a) CONTRATADO(A) e eventuais anexos;

2.2. No caso de eventual divergência entre as disposições dos documentos indicados nos itens 2.1.1 e 2.1.2 e as deste termo de contrato, prevalecerão aquelas em detrimento das cláusulas deste documento.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – LEGISLAÇÃO APLICÁVEL (art. 92, III, da Lei n.º 14.133/2021)**

3.1. O contrato será executado e os casos omissos resolvidos segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, 01º de abril de 2021, demais leis federais e estaduais aplicáveis, pelas cláusulas deste termo e pelos preceitos de direito público.



3.2. Aplicam-se supletivamente para a execução deste contrato e resolução dos casos omissos, no que não for contrário às normas indicadas no item 3.1, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, em especial as contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) e, subsidiariamente, o art. 481 e seguintes da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil).

#### 4. CLÁUSULA QUARTA – EXECUÇÃO (art. 92, IV e VII, da Lei n.º 14.133/2021)

4.1. A forma de fornecimento e a indicação dos prazos de início das etapas de execução, conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo, quando for o caso, encontram-se indicadas no item 5 do termo de referência, compondo o modelo de execução do objeto.

##### 4.2. Alteração do contrato

4.2.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 01º de abril de 2021.

4.2.2. O(A) CONTRATADO(A) é obrigado(a) a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4.2.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante ou utilização do respectivo parecer jurídico referencial aprovado pela Procuradoria-Geral do Estado, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133/2021).

4.2.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133/2021.

4.3. Na hipótese de a execução deste contrato gerar a necessidade de tratamento de dados pessoais, conforme conceito do art. 5º, X, da Lei 13.709/2018, observar-se-á o seguinte:

4.3.1. O(A) CONTRATADO(A) declara que tem ciência da existência da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD) e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais que lhe forem repassados, cumprindo, a todo momento, as normas de proteção de dados pessoais, jamais colocando, por seus atos ou por sua omissão, a contratante em situação de violação de tais regras.

4.3.2. A contratada declara que designou encarregado de tratamento de dados pessoais, nos termos do § 1º. do art. 41 da Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), conforme indicado na sua página eletrônica e se compromete a manter a Contratante informada sobre os dados atualizados de contato de seu Encarregado de Tratamento de Dados Pessoais, sempre que for substituído, independentemente das alterações em sua página eletrônica.

4.3.3. O(A) CONTRATADO(A) somente poderá tratar dados pessoais dos usuários dos serviços contratados, nos limites e finalidades exclusivas do cumprimento de suas obrigações com base no presente contrato e jamais para qualquer outra finalidade.

4.3.4. O(A) CONTRATADO(A) se certificará de que seus empregados, representantes, e prepostos agirão de acordo com o presente contrato e com as leis de proteção de dados e eventuais instruções transmitidas pelo contratante sobre a presente cláusula, comprometendo-se a manter o sigilo e a confidencialidade dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis repassados em decorrência da execução do objeto contratual, em consonância com o disposto na Lei n.º 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), certificando-se a Contratada de que seus empregados, representantes, e prepostos assumam compromisso de confidencialidade ou estejam sujeitos a obrigações legais de confidencialidade.

4.3.5. Se o titular dos dados ou terceiros solicitarem informações ao contratada relativas ao tratamento de dados pessoais que detiver em decorrência do presente contrato, a Contratada submeterá esse pedido à apreciação da Contratante, não podendo, sem instruções prévias da Contratante, transferir, compartilhar



e/ou garantir acesso aos dados pessoais que detenha por força do presente contrato, sendo, em regra, vedada a transferência das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do próprio contrato; se a solicitação for realizada por autoridade de proteção de dados, a Contratada informará imediatamente à Contratante sobre tal pedido e suas decorrências.

4.3.6. O(A) CONTRATADO(A) prestará assistência à contratante no cumprimento das obrigações previstas nas leis de proteção de dados, quando relacionadas ao objeto contratual, especialmente nos casos em que for necessária a assistência da Contratada para que a Contratante cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados, incluindo pedidos de acesso, retificação, bloqueio, restrição, apagamento, portabilidade de dados, ou o exercício de quaisquer outros direitos dos titulares de dados com base nas Leis Aplicáveis à Proteção de Dados.

4.3.7. Quando solicitada, o(a) CONTRATADO(A) fornecerá à Contratante, no prazo de 2 (dois) dias úteis, todas as informações necessárias para comprovar a conformidade das obrigações da Contratada previstas neste contrato com as leis de proteção de dados, inclusive para fins de elaboração de relatórios de impacto de proteção e riscos de uso de dados pessoais.

4.3.8. O(A) CONTRATADO(A) prestará assistência à contratante no cumprimento de suas outras obrigações de acordo com as leis de proteção de dados nos casos em que estiver implícita a assistência da Contratada e/ou nos casos em que for necessária a assistência da Contratada para que a Contratante cumpra suas obrigações, incluindo aquelas relativas à segurança do tratamento, violações de dados pessoais, avaliação de impacto de proteção de dados, e consulta prévia a autoridades de proteção de dados.

4.3.9. O(A) CONTRATADO(A) fica obrigada a comunicar à CONTRATANTE, por escrito, em até 2 (dois) dias úteis a contar do momento em que tomou ciência da violação, ou em menor prazo, se assim vier a recomendar ou determinar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

4.3.10. O(A) CONTRATADO(A) indenizará a Contratante, em razão do não cumprimento por parte da Contratada das obrigações previstas nas leis, normas, regulamentos e recomendações das autoridades de proteção de dados com relação ao presente contrato, de quaisquer danos, prejuízos, custos e despesas, incluindo-se honorários advocatícios, multas, penalidades e eventuais dispêndios investigativos relativos a demandas administrativas ou judiciais propostas em face da CONTRATANTE a esse título.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PRAZO E MÉTODOS PARA A REALIZAÇÃO DOS RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO (art. 140, § 3º, da Lei n.º 14.133/2021)

5.1. Os prazos e, em sendo o caso, os métodos para realização dos recebimentos provisório e definitivo constam no item 6 do termo de referência.

## 6. CLÁUSULA SEXTA - PREÇO (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021)

6.1. O CONTRATANTE pagará ao(à) CONTRATADO(A) pelo fornecimento do objeto indicado na cláusula primeira os valores descritos no quadro abaixo:

Item	Descrição	Quantidade Mensal	Métrica	Valor Unitário	Valor Mensal
01				R\$	R\$
02				R\$	R\$



03				R\$	R\$
04				R\$	R\$
05				R\$	R\$
<b>Valor Total Mensal</b>					<b>R\$</b>
<b>Valor Total Anual</b>					<b>R\$</b>

6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

6.3. O valor acima é estimado, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos e/ou serviços prestados.

## 7. CLÁUSULA SÉTIMA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI, da Lei n.º 14.133/2021)

7.1. O prazo para liquidação e pagamento é aquele previsto no item 7.2 do termo de referência anexo ao edital de licitação;

7.1.1. O fornecedor ou prestador de serviços ao Estado que optar por receber seu pagamento em outras instituições que não o Banco do Brasil, ficará responsável pelo custo da tarifa bancária referente à respectiva transferência de valores entre Bancos, uma vez que os pagamentos efetuados pelo Estado são efetuados prioritariamente pelo Banco do Brasil, conforme § 4º, do art. 9º do Decreto estadual n.º 1073/2017.

7.2. Conforme Lei Estadual n.º 17.516, de 27 de abril de 2018; o pagamento será liberado, desde que comprovada a regularidade fiscal e trabalhista da Contratada, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

7.2.1. prova de regularidade com a Fazenda Federal (relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa e Seguridade Social/INSS);

7.2.2. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do Estado;

7.2.3. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante ou outra equivalente, na forma da lei;

7.2.4. prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;

7.2.5. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.2.6. A não apresentação dos documentos acima exigidos implica na suspensão do pagamento da fatura até a sua apresentação, não sendo exigível, neste caso, atualização financeira dos valores, por inadimplemento.

7.3. Da aplicação do Decreto estadual n.º 129, de 10 de maio de 2023:

7.3.1. De acordo com o Decreto n.º 129, de 10 de maio de 2023, os órgãos da Administração Pública Estadual Direta, os Fundos, as Autarquias e as Fundações Públicas do Estado de Santa Catarina, ao efetuarem pagamento à pessoa jurídica pelo fornecimento de bens ou pela prestação de serviços em geral, inclusive obras, ficam obrigados a proceder à retenção do imposto de renda (IR) com base na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 11 de janeiro de 2012.

7.3.2. As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os que forem antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços, para entrega futura.



- 7.3.3. Não se sujeitam à retenção do IR na fonte os pagamentos realizados nas hipóteses estabelecidas no art. 4º da Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 2012.
- 7.3.4. Os prestadores de serviço e fornecedores de bens deverão, a partir da data estabelecida no caput do art. 1º do Decreto, emitir as notas fiscais, as faturas ou os recibos em observância às regras de retenção dispostas na Instrução Normativa RFB n.º 1.234, de 2012.
- 7.3.5. Os documentos de cobrança em desacordo com o previsto não serão aceitos para fins de liquidação de despesa.
- 7.3.6. Eventuais dúvidas quanto ao benefício citado podem ser dirimidas junto a Diretoria de Contabilidade e de Informações Fiscais - DCIF, da Secretaria de Estado da Fazenda ou, ainda, no site [www.sef.sc.gov.br](http://www.sef.sc.gov.br)
- 7.4. O pagamento da fatura será susgado se verificada execução defeituosa do contrato, não gerando essa postergação direito à atualização monetária do preço.
- 7.5. Vencido o prazo estabelecido e não efetuado o pagamento pela Administração, sem que haja culpa do CONTRATADO(A), os valores serão corrigidos com base nos mesmos critérios adotados para a atualização das obrigações tributárias.
- 7.6. Demais condições de medição e pagamento para o presente contrato constam no termo de referência.

**8. CLÁUSULA OITAVA – REAJUSTE (art. 92, V, da Lei n.º 14.133/2021)**

- 8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 24/03/2026.
- 8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do(a) CONTRATADO(A), os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IPCA/IBGE, ou índice que vier a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao(à) CONTRATADO(A) a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 8.4.1. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 8.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 8.5.1. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 8.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

**9. CLÁUSULA NONA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII, da Lei n.º 14.133/2021)**

- 9.1. As despesas referentes à execução deste contrato correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão/Unidade Orçamentária	Subação	Natureza de Despesa	Fonte
54096	14890	33.90.30	1.760.219.025

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – MATRIZ DE RISCO (art. 92, VIII, da Lei n.º 14.133/2021)**

- 10.1. Este contrato não contempla matriz de alocação de risco.



**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES, DIREITOS E RESPONSABILIDADES DAS PARTES (art. 92, X, XI, XIV, XVI e XVII, da Lei n.º 14.133/2021)**

**11.1. São obrigações do(a) CONTRATADO(A):**

11.1.1. atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência do contrato, limitada ao quantitativo de cada item;

11.1.2. quando solicitado, manter preposto aceito pela Administração para representa-lo(a) na execução do contrato;

11.1.2.1. a indicação ou manutenção do preposto poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;

11.1.3. atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133/2021);

11.1.4. fornecer o objeto, de acordo com as especificações constantes no edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

11.1.5. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

11.1.6. reparar, corrigir, remover às suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verificarem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

11.1.7. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Administração quando da entrega do produto;

11.1.8. apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

11.1.9. não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto do contrato, salvo quando a subcontratação não for vedada pelo edital de licitação e houver prévia e expressa anuência da Administração;

11.1.10. manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

11.1.11. estender a este contrato, os benefícios e promoções oferecidas aos demais clientes da contratada;

11.1.12. responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato (art. 120 da Lei n.º 14.133/2021), a exemplo dos seguintes casos:

11.1.12.1. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos causados à Administração ou a terceiros pelos seus prepostos e empregados, advindos de dolo, imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

11.1.12.2. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

11.1.12.3. mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, o(a) CONTRATADO(A) responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo esses custos por sua conta;

11.1.13. manter endereço eletrônico (e-mail) válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

11.1.14. realizar cadastro no Portal Externo do SGP-e (<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/inicio>) para que possa assinar eletronicamente com certificação digital todos os documentos firmados com a contratante (como realizar a assinatura digital:



[https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta\\_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portalex-terno/](https://sgpe.sea.sc.gov.br/capdoc/pergunta_frequente/nova-como-realizar-a-assinatura-digital-via-portalex-terno/));

11.1.15. arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei n.º 14.133/2021;

11.1.16. não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021;

11.1.17. não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

11.1.18. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz (art. 116 da Lei n.º 14.133/2021).

11.2. São obrigações do CONTRATANTE:

11.2.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo(a) CONTRATADO(A);

11.2.2. comunicar ao(à) CONTRATADO(A) quaisquer ocorrências relacionadas aos objetos entregues;

11.2.3. efetuar o pagamento ao contratado de acordo com a forma de pagamento estipulada no edital da licitação ou termo de contratação direta;

11.2.4. promover o acompanhamento e a fiscalização do fornecimento, sob os aspectos qualitativo e quantitativo, anotando em registro próprio as falhas e solicitando as medidas corretivas;

11.2.5. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência;

11.2.6. rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue pelo contratada fora das especificações do contrato;

11.2.7. efetuar o pagamento ao(à) CONTRATADO(A) do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidas neste termo de contrato e no termo de referência;

11.2.8. observar para que durante a vigência do Contrato sejam cumpridas as obrigações assumidas pela Contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

11.2.9. aplicar sanções administrativas, quando se fizerem necessárias;

11.2.10. prestar ao(à) CONTRATADO(A) informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados;

11.2.11. explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução deste contrato, ressalvados os requerimento manifestamente impertinentes, meramente protelatório ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

11.2.12. responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela Contratada.

11.2.13. notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021);

11.2.13.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do pedido de equilíbrio econômico-financeiro para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

11.3. Não se aplica a esta contratação a repactuação de preços, uma vez que inexistente regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra.

11.4. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo(a) CONTRATADO(A) com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do(a) CONTRATADO(A), de seus empregados, prepostos ou subordinados.



**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL DA EXECUÇÃO (art. 92, XII, da Lei n.º 14.133/2021)**

12.1. Não haverá exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º 14.133/2021.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - GARANTIA TÉCNICA DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA (art. 92, XIII, da Lei n.º 14.133/2021)**

13.1. A disciplina do prazo mínimo de garantia do objeto e as condições de manutenção e assistência técnica, quando for o caso, encontram-se indicadas nos itens 5.8 e 5.9 do termo de referência.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - INFRAÇÕES E PENALIDADES (art. 92, XIV, da Lei n.º 14.133/2021)**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei n.º 14.133/2021, o(a) CONTRATADO(A) que:

14.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

14.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

14.1.4. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

14.1.5. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

14.1.6. praticar ato fraudulento na execução do contrato;

14.1.7. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas ao(a) CONTRATADO(A) que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

14.2.1. advertência, quando o(a) CONTRATADO(A) der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 5º, do Decreto estadual n.º 441, de 19 de janeiro de 2024);

14.2.2. impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4 deste termo de contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 8º, do Decreto estadual n.º 441, de 19 de janeiro de 2024);

14.2.3. declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nos subitens 14.1.5, 14.1.6, 14.1.7 e 14.1.8 deste termo de contrato, bem como nos subitens 14.1.2, 14.1.3 e 14.1.4, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021).

14.2.4. multa:

14.2.4.1. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

14.2.4.2. moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 30% (trinta por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

14.2.4.2.1 O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o art. 137, I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

14.2.4.3. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de recusa do adjudicatário em efetuar o reforço de garantia contratual (art. 6º, II, do Decreto estadual n.º 441/2024);

14.2.4.4. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela do objeto não executada, em caso de inexecução parcial do contrato (art. 6º, III, do Decreto estadual n.º 441/2024);

14.2.4.5. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução parcial do contrato que resulte em grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (art. 6º, IV alínea j, do Decreto estadual n.º 441/2024);



- 14.2.4.6. compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto (art. 6º, IV, alínea j, do Decreto estadual n.º 441/2024);
- 14.3.A aplicação das sanções previstas neste termo de contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao contratante (art. 156, § 9º da Lei n.º 14.133/2021).
- 14.4.Além do disposto no item 14.2.4, todas as sanções previstas neste termo de contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º da Lei n.º 14.133/2021).
- 14.4.1.Antes da aplicação da multa compensatória será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante à Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º da Lei Federal n.º 14.133/2021).
- 14.4.3.Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 14.5.A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao beneficiário da ata ou contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei n.º 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 14.6.Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º da Lei Federal n.º 14.133/2021):
- 14.6.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 14.6.2.as peculiaridades do caso concreto;
- 14.6.3.as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 14.6.4.os danos que dela provierem para a Contratante;
- 14.6.5.a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 14.7.Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n.º 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n.º 12.846/2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei n.º 14.133/2021).
- 14.8.A personalidade jurídica do(a) CONTRATADO(A) poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei n.º 14.133/2021).
- 14.9.O(A) CONTRATANTE(A) deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (art. 161 da Lei n.º 14.133/2021).
- 14.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei Federal n.º 14.133/2021.



**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONDIÇÕES DE IMPORTAÇÃO, DATA E TAXA DE CÂMBIO PARA CONVERSÃO (art. 92, XV, da Lei n.º 14.133/2021)**

15.1. Não se aplicam a esta contratação condições de importação.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 92, XVIII, da Lei n.º 14.133/2021)**

16.1. O modelo de gestão do contrato seguirá o disposto no item 6 do termo de referência.

16.2. Práticas fraudulentas e de corrupção.

16.2.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:

16.2.1.1. declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis n.ºs 8.429/1992 e 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;

16.2.1.2. comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;

16.2.1.3. comprometem-se em notificar a Controladoria-Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;

16.2.1.4. declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA n.º 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - CASOS DE EXTINÇÃO (art. 92, XVIII, da Lei n.º 14.133/2021)**

17.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

17.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

17.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

17.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

17.3.2. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

17.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas ou antes do termo final do prazo de vigência, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei n.º 14.133/21, bem como consensualmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

17.6.1. Na hipótese deste item, aplicam-se os artigos 138 e 139 da Lei n.º 14.133/2021.

17.7. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

17.7.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

17.8. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido de:

17.8.1. balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

17.8.2. relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

17.8.3. indenizações e multas.

17.9. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133/2021).

17.10. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do



contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, IV, da Lei n.º 14.133/2021).

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - PUBLICIDADE (art. 94 da Lei n.º 14.133/2021)**

18.1. Incumbirá ao CONTRATANTE divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei n.º 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 8º, § 2º, da Lei n.º 12.527/2011.

18.2. Será publicado no Portal da Transparência o nome do proprietário ou de todos os sócios-proprietários integrantes da pessoa jurídica contratada, acompanhados das informações exigidas pelo art. 1º, parágrafo único, da Lei estadual n.º 17.983/2020.

**19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - ELEIÇÃO DE FORO (art. 92, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021)**

19.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de Santa Catarina, com a renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para serem dirimidas questões originárias da execução deste contrato.

Florianópolis, data da assinatura digital.

\_\_\_\_\_  
\*\*\* (NOME)  
\*\*\* (cargo)  
Representante do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
\*\*\* (NOME)  
\*\*\* (cargo)  
Representante legal do CONTRATADO



**ANEXO V**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0240/2026**  
**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO VIGENTE**

Para atendimento ao disposto no Edital de Pregão Eletrônico n.º ...../....., promovido pela Secretaria de Estado da Administração, o(a) licitante ..... (nome da empresa ou sociedade), estabelecida na Rua ....., n.º ....., Bairro ....., Cidade...../UF....., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º ....., por intermédio de seu representante legal:

( ) **Declara** que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo (art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021);

( ) **Declara** que os dados referentes ao sócio majoritário da empresa informados na proposta de preços correspondem ao ato constitutivo vigente no dia da abertura do pregão eletrônico.

( ) **Declara** que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

( ) **Declara** que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, IV, da Lei n.º 14.133/2021).

( ) **Declara** que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei n.º 14.133/2021. **(Apenas para o licitante organizado em cooperativa).**

( ) **Declara** que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, e que no ano calendário de realização da licitação, ainda não celebrou contratos com a administração pública, cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte (art. 4º, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021). **(Apenas para ME/EPP que deseje gozar dos benefícios constantes nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006)**

**Declara** ainda, que se compromete a fornecer os comprovantes necessários quando, assim solicitados pelo contratante.

Local e data, .....

**Assinatura, Nome, Cargo e Função**  
**(Proprietário, Sócio ou Representante Legal da Empresa)**



ESTADO DE SANTA CATARINA  
SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO  
DIRETORIA DE GESTÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS  
GERÊNCIA DE LICITAÇÕES



**ANEXO VI**  
**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 0240/2026**  
**TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS**



**TERMO DE REFERÊNCIA**  
Processo SGP-e n.º **SAP 130023/2025.**

**UNIDADE(S) REQUISITANTE(S)**

801 – Secretaria de Justiça e Reintegração Social (SEJURI)

**1. OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea a; art. 18, II, e art. 40, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021)**

**1.1. Aquisição de materiais e insumos para manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais e ajustes operacionais na Penitenciária Industrial de São Bento do Sul, nos termos do Anexo I - Planilha de Especificações, Quantitativos e Valores Estimados por Lote, parte integrante deste termo de referência.**

**1.2. Catálogo eletrônico de padronização (art. 19, II e § 2º, da Lei n.º 14.133/2021)**

1.2.1. Não foi utilizado o catálogo eletrônico de padronização, conforme justificativa que segue:

Não foi utilizado o Catálogo Eletrônico de Padronização, previsto no art. 19, inciso II e § 2º, da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista que, até a presente data, o referido catálogo ainda não se encontra integralmente disponibilizado e operacionalizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina para consulta e utilização pelos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual.

Ressalta-se que, diante da inexistência de catálogo oficial disponível que contemple as especificações padronizadas de materiais e serviços aplicáveis ao objeto da presente contratação, torna-se inviável a sua adoção como referência para a definição das especificações técnicas dos itens demandados.

Dessa forma, as especificações constantes neste Termo de Referência foram elaboradas com base em critérios técnicos de funcionalidade, desempenho e adequação ao uso pretendido, observadas as boas práticas de engenharia, as normas técnicas aplicáveis e os princípios da eficiência, do planejamento e da seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com a legislação vigente.

**1.3. Natureza do objeto - bem comum**

1.3.1. Os bens objetos desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa que segue:

Os bens objeto da presente contratação caracterizam-se como bens comuns, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos, amplamente disponíveis no mercado, passíveis de descrição por meio de especificações usuais, sem a necessidade de desenvolvimento tecnológico, customização exclusiva ou solução técnica singular.

Trata-se de materiais e insumos empregados rotineiramente em serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, adequações estruturais, reforços emergenciais e ajustes operacionais, cujas características técnicas, tais como dimensões, composição, resistência, aplicação e desempenho, são padronizadas e amplamente conhecidas pelos fornecedores do ramo.

A definição das especificações constantes neste Termo de Referência permite a comparação objetiva das propostas, viabilizando a seleção da proposta mais vantajosa com base em critérios de preço, em consonância com os princípios da isonomia, competitividade, economicidade e eficiência, nos termos da legislação vigente.

Dessa forma, resta justificada a caracterização dos bens como comuns, sendo adequada a adoção da modalidade licitatória compatível com essa natureza, conforme previsto na Lei nº



14.133/2021.

**1.4. Natureza do objeto – classificação acerca da categoria de bem de luxo (art. 20 da Lei n.º 14.133/2021 e art. 5º, parágrafo único, do Decreto estadual n.º 2.355/2022)**

1.4.1. Os bens objetos desta contratação não se enquadram como bens de luxo, conforme Decreto estadual n.º 2.355, de 16 de dezembro de 2022.

**1.5. Prazo do contrato e, se for o caso, possibilidade de sua prorrogação**

1.5.1. Os prazos de execução e de vigência do contrato, bem como a possibilidade de prorrogação, quando for o caso, estão descritos no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).

**2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea b, da Lei n.º 14.133/2021)**

2.1. A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada no estudo técnico preliminar.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERADO TODO O CICLO DE VIDA DO OBJETO (art. 6º, XXIII, alínea c, e art. 18, § 1º, VII, da Lei n.º 14.133/2021)**

**3.1. Solução como um todo**

3.1.1. A descrição da solução como um todo se encontra pormenorizada no estudo técnico preliminar, observados ainda os itens abaixo.

**3.2. Condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do material (art. 40, IV, da Lei n.º 14.133/2021)**

3.2.1. Não se aplica ao caso a descrição de condições de guarda e armazenamento.

**3.3. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica**

3.3.1. Quando cabíveis, as exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica estão descritas no modelo de execução do objeto (item 5 deste termo de referência).

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea d, da Lei n.º 14.133/2021)**

**4.1. Indicação de marcas ou modelos (art. 41, I, da Lei n.º 14.133/2021).**

4.1.1. Na descrição do objeto não há indicação de qualquer marca ou modelo.

**4.2. Vedação à contratação de determinada marca ou produto (art. 41, III, da Lei n.º 14.133/2021).**

4.2.1. Não há vedação à contratação de qualquer marca ou modelo.

**4.3. Exigência de amostra(s) (art. 41, II, da Lei n.º 14.133/2021).**

4.3.1. Não há exigência de apresentação de amostras.

**4.4. Exigência de carta de solidariedade (art. 41, IV, da Lei n.º 14.133/2021)**

4.4.1. Não há exigência de carta de solidariedade entre fornecedor e revendedor ou distribuidor.

**4.5. Subcontratação**

4.5.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

**4.6. Garantia da contratação**

4.6.1. Não há exigência de garantia da contratação prevista nos arts. 96 e seguintes da Lei n.º





internas de segurança. Os colaboradores autorizados deverão portar documento oficial com foto e cumprir integralmente as regras de acesso. O eventual indeferimento de acesso não gera direito a indenização, cabendo ao contratado indicar substituto, sem prejuízo do prazo de entrega.

- 5.7.1.2. Os materiais deverão ser novos, de primeiro uso, sem avarias, em perfeitas condições de utilização e em conformidade com as especificações do Termo de Referência e normas técnicas aplicáveis (ABNT e correlatas). Não serão aceitos itens remanufaturados, reconicionados, usados ou com sinais de violação/uso.
- 5.7.1.3. Os produtos deverão ser entregues devidamente embalados e acondicionados de forma a garantir integridade durante transporte e descarga. Sempre que aplicável, as embalagens deverão conter identificação mínima do produto (descrição, quantidade, marca/modelo quando houver, lote e/ou data de fabricação/validade), de modo a permitir conferência e rastreabilidade.
- 5.7.1.4. O transporte e a descarga serão de responsabilidade do contratado, incluindo equipamentos, mão de obra e cuidados necessários para evitar danos. Materiais frágeis, químicos ou que exijam cuidado especial deverão seguir as orientações do fabricante e boas práticas de transporte e armazenamento.
- 5.7.1.5. Para itens com validade, o produto deverá ser entregue com prazo de validade vigente e adequado ao consumo/uso, não sendo aceitos itens vencidos. Recomenda-se, como critério mínimo, validade remanescente de no mínimo 2/3 (dois terços) do prazo total, salvo justificativa aceita pela Administração.
- 5.7.1.6. Os itens deverão ser entregues organizados por lote e item, com identificação clara, facilitando a conferência. É permitida a entrega conjunta de lotes distintos na mesma remessa, desde que mantida a separação física e documental por lote/itens e respeitada a integridade dos produtos.
- 5.7.1.7. A entrega deverá ser acompanhada, no mínimo, de:
  - a) Nota fiscal contendo número do processo/AF, identificação do órgão, descrição compatível com o Termo de Referência, quantidades, valores e dados do fornecedor;
  - b) Documento auxiliar de conferência (romaneio) por lote/itens; e
  - c) Manuais, certificados/ensaios e termos de garantia quando aplicáveis, especialmente para equipamentos e itens elétricos/eletrônicos.
- 5.7.1.8. Os itens serão recebidos mediante conferência quantitativa e qualitativa. Constatadas divergências, avarias, não conformidades ou desacordo com as especificações, a Administração poderá recusar total ou parcialmente o recebimento, devendo o contratado providenciar a substituição/correção, sem ônus adicional, no prazo estipulado pela Administração, observado o princípio da razoabilidade e a continuidade do serviço.
- 5.7.1.9. O contrato será reajustado após o prazo mínimo de 12 (doze) meses, contado da data da proposta, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

#### **5.8. Garantia técnica do objeto contratado (art. 40, § 1º, III, da Lei n.º 14.133/2021)**

- 5.8.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido no art. 26 da Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).
- 5.8.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o contratante.
- 5.8.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com



as normas técnicas específicas, para correção de quaisquer vícios ou defeitos desde que não decorrentes de caso fortuito ou força maior, uso inadequado do bem, negligência, imperícia, vandalismo ou imprudência.

- 5.8.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os vícios e defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 5.8.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 5.8.6. Uma vez notificado, o contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da notificação.
- 5.8.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do contratado, aceita pelo contratante.
- 5.8.8. Na hipótese do subitem acima, o contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 5.8.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo contratado, fica o contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 5.8.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do contratado.
- 5.8.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

### **5.9. Exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica**

- 5.9.1. Não se aplicam a esta contratação exigências relacionadas à manutenção ou à assistência técnica.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea f, da Lei n.º 14.133/2021)**

### **6.1. Indicação de gestor e de fiscal do contrato**

- 6.1.1. O contrato será gerido e fiscalizado pelos seguintes agentes:

**Gestor:**

**Nome:** Larissa Raquel Cerdeira

**Cargo:** Gerente Técnica em Edificações





6.3.1.2. quanto à prorrogação e vigência, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior, comunicando a necessidade da prorrogação ou da abertura de nova licitação, atentando-se especialmente para:

6.3.1.2.1. no caso da prestação de serviços, 180 (cento e oitenta) dias antes do vencimento do contrato:

6.3.1.2.1.1. consultar o contratado, tomando por escrito o compromisso de prorrogação; e

6.3.1.2.1.2. solicitar ao setor competente o levantamento de preços no mercado, para fins de comprovação da vantajosidade.

6.3.1.2.2. no caso de fornecimento de produtos, quando os saldos se mostrarem insuficientes;

6.3.1.3. quanto às alterações qualitativas e quantitativas, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior:

6.3.1.3.1. acréscimos, supressões e alterações de interesse da própria Administração Pública Estadual;

6.3.1.3.2. alterações solicitadas pelo titular do contrato;

6.3.1.3.3. modificações no cronograma físico-financeiro;

6.3.1.3.4. substituições de materiais e equipamentos; e

6.3.1.3.5. modificações das especificações para melhor adequação técnica;

6.3.1.4. quanto ao restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, iniciar, instruir, manifestar-se e submeter à autoridade maior todas as intercorrências, em especial:

6.3.1.4.1. reajustes nos termos fixados em contrato; e

6.3.1.4.2. revisão e repactuação solicitadas pela Administração Pública Estadual ou pelo titular do contrato;

6.3.1.5. dar prosseguimento aos atos e procedimentos encaminhados pelo fiscal;

6.3.1.6. dirimir dúvidas, orientar tecnicamente, esclarecer ou solucionar questionamentos, falhas, omissões ou alterações no projeto básico, fazendo-o por escrito;

6.3.1.7. instruir o processo com justificativa e manifestações técnicas necessárias;

6.3.1.8. manter os registros atualizados nos sistemas informatizados de Governo;

6.3.1.9. manter controle atualizado e acompanhar os saldos de empenhos e dos pagamentos efetuados, evitando a realização de serviço ou fornecimento sem prévio empenho;

6.3.1.10. realizar o controle do valor e atualização das garantias e informar a unidade de contabilidade e finanças para os devidos registros;

6.3.1.11. acompanhar a manutenção, pelo contratado, das condições estabelecidas em edital e contrato e das exigências legais;

6.3.1.12. promover o atesto de notas fiscais e faturas, em conjunto com o fiscal do contrato, no que couber, para fins de comprovação do cumprimento da obrigação contratual;

6.3.1.13. promover, quando couber, reunião inicial para apresentação do modelo de gestão, após a assinatura do contrato;

6.3.1.14. requerer auxílio às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas ou jurídicas;

6.3.1.15. manter atualizadas as estimativas de consumo, tanto para apurar a suficiência do saldo até o término do contrato como para orientar as futuras contratações;

6.3.1.16. receber definitivamente aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade; e

6.3.1.17. qualquer outra que se faça necessária ao desempenho da atividade de gestão.

6.3.1.18. \*\*\* (outras incumbências e competências).

#### **6.4. Fiscal**

6.4.1.1. identificar o objeto contratado;

6.4.1.2. conhecer as condições estabelecidas no contrato, no edital ou nas especificações técnicas para o recebimento do objeto;



- 6.4.1.3. praticar os atos necessários à verificação do fiel cumprimento das obrigações, exigindo as providências necessárias para tal fim;
- 6.4.1.4. receber o objeto contratado, examinar e conferir notas fiscais, faturas ou documentos equivalentes, e proceder ao atesto/certificação da despesa;
- 6.4.1.5. recusar produto ou serviço em desacordo com as condições fixadas em edital;
- 6.4.1.6. anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, apontando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- 6.4.1.7. informar a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência;
- 6.4.1.8. fazer diligências à empresa contratada, se for o caso, adotando controles adequados e suficientes para registro destas ocorrências;
- 6.4.1.9. exigir, por escrito, o refazimento ou correção, comunicando ao gestor do contrato nos casos de não atendimento ou quando as soluções ultrapassarem as suas competências;
- 6.4.1.10. notificar, por escrito, a contratada quanto ao não cumprimento das obrigações, fixando prazo para cumprimento ou apresentação de justificativa;
- 6.4.1.11. encaminhar ao gestor do contrato a solicitação de aplicação de sanções e, quando pertinente, a instauração de processo administrativo sancionador, contendo os registros das ocorrências, notificações, defesas e justificativas da contratada, se for o caso, e da documentação necessária;
- 6.4.1.12. aceitar ou rejeitar, motivadamente, a indicação do preposto feita pela empresa contratada;
- 6.4.1.13. manter contato com o preposto;
- 6.4.1.14. desempenhar suas atividades com autonomia e independência fiscalizatória, buscando as condições necessárias para o desempenho da função, comunicando ao gestor do contrato sobre suas necessidades;
- 6.4.1.15. acompanhar sistematicamente a execução do contrato, mantendo registros das ocorrências e dos documentos relativos à fiscalização;
- 6.4.1.16. manter os registros de confirmação de recebimento dos comunicados à contratada;
- 6.4.1.17. assegurar o cumprimento do cronograma físico-financeiro;
- 6.4.1.18. identificada necessidade de modificações contratuais, encaminhar ao gestor do contrato com as devidas justificativas;
- 6.4.1.19. conhecer os prazos de execução contratual e fornecer subsídios para as prorrogações, quando necessárias, ou manifestar-se contrariamente à prorrogação;
- 6.4.1.20. assegurar a presença dos documentos exigidos em contrato para fins de pagamento;
- 6.4.1.21. apontar, por meio de instrumentos de medição, a necessidade de glosas em notas fiscais;
- 6.4.1.22. solicitar auxílio às áreas técnicas, administrativas, jurídicas ou de controle, quando necessário; e
- 6.4.1.23. conhecer os limites de sua atuação na atividade de fiscalização, bem como zelar pela estrita observância das cláusulas contratuais específicas e das normas internas aplicáveis.
- 6.4.1.24. \*\*\* (descrever incumbências e competências do fiscal do contrato).

## **6.5. Regras para recebimento (art. 18, III, e art. 40, § 1º, II, da Lei n.º 14.133/2021)**

### **6.5.1. Competência para recebimento**

- 6.5.1.1. O objeto será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação



posterior da conformidade do material com as exigências contratuais.

6.5.1.2. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão a ser oportunamente designado(a) pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

#### **6.5.2. Prazos de recebimento**

6.5.2.1. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega ou ao final da instalação ou montagem quando esses serviços forem de responsabilidade do contratado.

6.5.2.2. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis a partir do recebimento provisório.

6.5.2.3. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, uma única vez, por igual período, mediante aviso ao contratado, quando houver necessidade de diligências a serem realizadas pela Administração para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5.2.4. Suspenderá o prazo de recebimento definitivo a concessão de prazo ao contratado para a solução de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente. Nesse caso, o reinício da contagem do prazo considerará o tempo já transcorrido, computando-se a partir da nova contagem apenas o intervalo de tempo restante entre a data da suspensão e o termo final inicialmente previsto para o recebimento definitivo.

6.5.2.5. Os bens rejeitados deverão ser trocados no prazo de 05 (cinco) dias.

6.5.2.5.1. No caso de rejeição parcial ou total de bens, será interrompido o prazo de recebimento definitivo. Nesse caso, em relação aos bens rejeitados, haverá reinício da contagem do prazo de recebimento definitivo, em sua totalidade, a partir da nova entrega e recebimento provisório.

6.5.2.5.2. A concessão de prazo para troca de bens rejeitados não afasta a possibilidade de aplicação de sanção quando descumprido o prazo de entrega.

#### **6.5.3. Métodos e efeitos do recebimento**

6.5.3.1. O recebimento provisório ocorrerá de forma sumária.

6.5.3.1.1. O recebimento provisório será realizado no ato da entrega, mediante conferência quantitativa dos itens constantes na Nota Fiscal e na Autorização de Fornecimento, verificando-se:

- a) correspondência entre os itens entregues e os itens contratados;
- b) integridade física das embalagens;
- c) ausência de avarias aparentes;
- d) identificação dos produtos conforme especificações do Termo de Referência.

6.5.3.2. O recebimento definitivo avaliará o atendimento das exigências contratuais.

6.5.3.2.1. O recebimento definitivo ocorrerá após análise qualitativa dos bens, com verificação:

- a) da conformidade técnica com as especificações do Termo de Referência;
- b) do atendimento às normas técnicas aplicáveis;



- c) do correto funcionamento, quando se tratar de equipamentos ou componentes elétricos/eletrônicos;
  - d) da validade, quando aplicável.
- 6.5.3.3. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência, na proposta, no edital da licitação, no termo de contrato ou em qualquer dos anexos desses documentos.
- 6.5.3.4. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens, a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato, nem a responsabilidade pelos prejuízos resultantes da execução incorreta do contrato.
- 6.5.3.5. O contratado, mesmo não sendo o fabricante ou produtor da matéria-prima empregada no produto, responderá pela sua qualidade e autenticidade, obrigando-se a substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto contratado, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, sejam eles resultantes de fabricação ou transporte. Quando os vícios, defeitos ou incorreções forem constatados por testes ou exames, o contratado obriga-se a ressarcir os custos à contratante.
- 6.5.3.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado por vício de quantidade ou qualidade do produto ou disparidade com as especificações técnicas constantes deste termo de referência, da proposta, do edital e de seus anexos, constatada apenas posteriormente ao recebimento, garantindo-se ao contratante as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/1990.

## 6.6. Sanções

- 6.6.1. A apuração de infrações e aplicação de sanções aos licitantes, aos beneficiários de ata de registro de preços e aos contratados obedecerá ao disposto no Decreto estadual n.º 441, de 19 de janeiro de 2024.

## 6.7. Cláusula anticorrupção

- 6.7.1. As partes, por seus agentes públicos ou por seus sócios, acionistas, administradores e colaboradores:
- 6.7.1.1. Declaram que têm conhecimento das normas previstas na legislação, entre as quais nas Leis n.º 8.429/1992 e n.º 12.846/2013, seus regulamentos e eventuais outras aplicáveis;
  - 6.7.1.2. Comprometem-se em não adotar práticas ou procedimentos que se enquadrem nas hipóteses previstas nas leis e regulamentos mencionados no inciso anterior e se comprometem em exigir o mesmo pelos terceiros por elas contratados;
  - 6.7.1.3. Comprometem-se em notificar à Controladoria Geral do Estado qualquer irregularidade que tiverem conhecimento acerca da execução do contrato;
  - 6.7.1.4. Declaram que têm ciência que a violação de qualquer das obrigações previstas na Instrução Normativa conjunta CGE/SEA n.º 01/2020, além de outras, é causa para a rescisão unilateral do contrato, sem prejuízo da cobrança das perdas e danos, inclusive danos potenciais, causados à parte inocente e das multas pactuadas.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea g, da Lei n.º



## 14.133/2021)

### 7.1. Medição e recebimento

7.1.1. As regras de recebimento estão indicadas no item 6 deste termo de referência.

### 7.2. Pagamento

7.2.1. O pagamento, precedido de liquidação da despesa, será realizado no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento definitivo.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea h, da Lei n.º 14.133/2021)

### 8.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de processo de licitação na modalidade pregão sob forma eletrônica com adoção do critério de julgamento de menor preço.

### 8.2. Parcelamento do objeto

O julgamento das propostas ocorrerá por lote(s), uma vez que o agrupamento dos itens em lotes temáticos é necessário para garantir competitividade, especialização e coerência técnica entre os materiais. Os itens foram organizados por grupo e classe de fornecimento, reunindo produtos de mesma natureza, cadeia de suprimento e perfil comercial, de modo a permitir a participação de fornecedores que atuam especificamente em cada segmento (elétrico, hidráulico, pintura, ferragens, agregados, madeira, ferramentas, etc.).

Essa estruturação maximiza a competitividade, pois evita que fornecedores sejam obrigados a ofertar itens fora da sua área de atuação, garantindo preços mais vantajosos e maior qualidade técnica. Além disso, o agrupamento por lotes impede a fragmentação excessiva do certame, facilita a logística de entrega e assegura a padronização dos materiais dentro de cada categoria, o que é essencial para a execução contínua e uniforme das atividades supervisionadas pela GETED.

Dessa forma, o uso de lotes temáticos atende aos princípios da competitividade, economicidade e eficiência, estando tecnicamente justificado para o objeto em questão.

### 8.3. Tratamento diferenciado a microempresas e empresas de pequeno porte

8.3.1. É inaplicável o tratamento diferenciado às microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) para o item ou lote cujo valor estimado for superior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais) (art. 4º, § 1º, I, da Lei n.º 14.133/2021).

#### - Cota reservada de até 25%

8.3.2. Os itens ou lotes compostos de bens de natureza divisível cujo valor estimado é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) e inferior a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), serão licitados com cota de até 25% (vinte e cinco por cento) para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

#### - Licitação exclusiva

8.3.3. Os itens ou lotes cujo valor estimado é de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) são de participação exclusiva de microempresas ou de empresas de pequeno porte.

### 8.4. Participação de consórcios e Cooperativas

8.4.1. Não será admitida a participação de consórcios.

8.4.1.1. Justificativa: Não se admite a participação de consórcios, uma vez que o objeto consiste na aquisição de materiais de natureza comum, com especificações padronizadas e ampla disponibilidade no mercado, não



exigindo capacidade técnica complexa que justificasse a formação de consórcios empresariais. Além disso, a admissão de consórcios poderia reduzir a competitividade, aumentar a complexidade do certame e gerar exigências desproporcionais ao objeto. Assim, a participação deve ocorrer de forma individual pelos fornecedores.

#### 8.4.2. Não será admitida a participação de cooperativas

8.4.2.1. Justificativa: A participação de cooperativas não será admitida porque, embora a vedação legal se aplique principalmente às cooperativas de trabalho em atividades que envolvem subordinação e presença habitual — o que não é o caso deste certame —, os lotes desta contratação exigem capacidade logística robusta, fornecimento imediato e entrega simultânea de todos os itens, condições geralmente incompatíveis com o modelo operacional das cooperativas. O objeto demanda padronização técnica (SINAPI), estoque consolidado e garantia de atendimento integral, sendo que atrasos ou fornecimento parcial comprometem a execução contínua das atividades realizadas pelos apenados sob supervisão da GETED. Diante disso, e considerando a necessidade de assegurar regularidade, previsibilidade e segurança operacional, não se recomenda a participação de cooperativas para este fornecimento específico.

### 8.5. Critério de aceitação da proposta

8.5.1. A proposta deverá conter a descrição completa do item cotado, apresentando, no mínimo:

8.5.1.1. Quando aplicável, a indicação da marca, do fabricante, do modelo e/ou da referência comercial, bem como a unidade de fornecimento, a quantidade ofertada, o valor unitário e o valor total do item, com indicação expressa da moeda. Deverá constar, ainda, o prazo de validade da proposta e o prazo de garantia do produto, quando cabível, além de declaração expressa de que o bem ofertado é novo, de primeiro uso, e atende integralmente às normas técnicas pertinentes, incluindo, quando aplicável, registro, certificação, selo de conformidade ou comprovação de atendimento a normas técnicas expedidas por órgão competente, como o INMETRO ou equivalente.

### 8.6. Garantia da proposta

8.6.1. Não será exigida garantia da proposta prevista no art. 58 da Lei n.º 14.133/2021.

### 8.7. Habilitação

8.7.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### - Habilitação jurídica

8.7.1.1. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.7.1.2. Empresário individual: registro comercial arquivado na Junta Comercial respectiva;

8.7.1.3. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou



- sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7.1.5. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- 8.7.1.6. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.7.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 8.7.1.8. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 8.7.1.9. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021;
- 8.7.1.10. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165);
- 8.7.1.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**- Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 8.7.1.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;
- 8.7.1.13. Prova de regularidade com a Fazenda Federal, relativa aos tributos federais, dívida ativa e seguridade social/INSS;
- 8.7.1.14. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, mediante apresentação de certidão emitida pela Secretaria competente do estado ou Distrito Federal;
- 8.7.1.15. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.7.1.16. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS), emitida pela Caixa Econômica Federal;
- 8.7.1.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 8.7.1.18. Declaração de observância ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;
- 8.7.1.19. Declaração de cumprimento das exigências de reserva de cargos para



pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

#### - Qualificação econômico-financeira

8.7.1.20. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, quando admitida sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

8.7.1.21. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor (art. 69, *caput*, II, da Lei n.º 14.133/2021);

#### - Qualificação técnica

8.7.1.22. Não será exigida qualificação técnica, conforme justificativa que segue:

Não será exigida qualificação técnica dos licitantes, tendo em vista que o objeto da presente contratação consiste na aquisição de bens comuns, com especificações padronizadas, amplamente disponíveis no mercado e sem necessidade de execução de serviços técnicos especializados, instalação complexa ou emprego de tecnologia específica.

Os materiais a serem fornecidos são de natureza usual, destinados à manutenção predial corretiva e preventiva, cujas características técnicas podem ser objetivamente verificadas por meio das especificações constantes no Termo de Referência, bem como no momento do recebimento provisório e definitivo.

Nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, somente poderão ser exigidos requisitos de qualificação técnica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações contratuais. No caso concreto, a exigência de atestados de capacidade técnica, registro em conselho profissional ou outros requisitos dessa natureza não se mostra necessária nem proporcional ao objeto pretendido, podendo, inclusive, restringir indevidamente a competitividade do certame.

Assim, considerando a natureza comum dos bens, o baixo grau de complexidade técnica e a ampla oferta no mercado, conclui-se pela desnecessidade de exigência de qualificação técnica específica para fins de habilitação.

#### 8.8. Margem de preferência

8.8.1. Não haverá margem de preferência prevista no art. 26, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021.

#### 8.9. Critérios de desempate

8.9.1. Em caso de empate, serão aplicados os critérios do art. 44 da Lei Complementar n.º 123/2006 e do art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

8.9.2. Permanecendo o empate, a escolha do melhor classificado será realizada por sorteio.

### 9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea i, art. 18, IV, e arts. 23 e 24 da Lei n.º 14.133/2021)

9.1. O custo estimado total da contratação e os custos unitários constam no Anexo I - Planilha de Especificações, Quantitativos e Valores Estimados por Lote, parte integrante deste Termo de Referência.

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea j, da Lei n.º 14.133/2021)

10.1. O presente processo encontra-se devidamente instruído com a declaração de disponibilidade orçamentária e financeira, conforme documento emitido pela Gerência de Planejamento (GEPLA/SEJURI), juntado aos autos do Processo SGP-e n.º SAP





**ANEXO I**  
**Planilha de Especificações, Quantitativos e Valores Estimados por Lote**

LOTE 01 - OFICINAS DE MANUTENÇÃO.					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
01	ELETRODO - DE CARVAO REVESTIDO PARA SOLDA ELETRICA 2.5MM	KG	30	R\$ 17,95	R\$ 538,50
02	ELETRODO - DE CARVAO REVESTIDO PARA SOLDA ELETRICA 3.25MM	KG	30	R\$ 17,84	R\$ 535,20
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 1.073,70</b>

LOTE 02 - ILUMINAÇÃO.					
Item	Descrição	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
03	REFLETOR DE LUZ - LED 100 WATTS	PEÇA	100	R\$ 35,94	R\$ 3.594,00
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 3.594,00</b>

LOTE 03 - FERRAMENTAS.					
Item	Especificação	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
04	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 10,0mm	PEÇA	03	R\$ 8,03	R\$ 24,09
05	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 12,0mm	PEÇA	03	R\$ 9,05	R\$ 27,15
06	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 4,0mm	PEÇA	20	R\$ 1,02	R\$ 20,40
07	BROCA - Material: aço rápido (HSS) Medidas: 5,0mm	PEÇA	20	R\$ 1,30	R\$ 26,00
08	DISCO DE CORTE - Material: diamantado Diâmetro: 110mm Espessura: 1,8mm Furo: 20mm Aplicação: corte em mármore, granito, concreto, tijolos, telhas, alvenaria e pedras à seco+B17:T32	PEÇA	30	R\$ 18,55	R\$ 556,50
09	DISCO DE CORTE - Material: óxido de alumínio Diâmetro: 14" (355mm) Espessura: 3mm Furo: 22,23mm Aplicação: corte em aço e metais ferrosos	PEÇA	30	R\$ 21,09	R\$ 632,70





<b>LOTE 05 - MADEIRAS E DERIVADOS PARA CONSTRUÇÃO CIVIL.</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
23	CHAPA DE MADEIRA - COMPENSADO NAVAL, ESPESSURA 20MM	PEÇA	30	R\$ 180,49	R\$ 5.414,70
24	CAIBRO DE MADEIRA - DE PINHEIRO, MEDINDO 15CM ALTURA X 8CM DE LARGURA (Qtd equivalente a 250 Barras de 6 Metros)	METRO	1500	R\$ 6,44	R\$ 9.660,00
25	RIPA DE MADEIRA - DE PINUS, 3 METROS	PEÇA	200	R\$ 16,10	R\$ 3.220,00
26	RIPA DE MADEIRA - RIPÃO PINUS 5CM X 5CM X 3M	PEÇA	60	R\$ 12,59	R\$ 755,40
27	TABUA DE MADEIRA - PINUS 3MT	PEÇA	06	R\$ 33,80	R\$ 202,80
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 19.252,90</b>

<b>LOTE 06 - COBERTURA EM FIBROCIMENTO.</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
28	TELHA - FIBROCIMENTO S/ AMIANTO 2.440X1100X6MM	PEÇA	100	R\$ 61,32	R\$ 6.132,00
				<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 6.132,00</b>

<b>LOTE 07 - MATERIAIS DE PINTURA E PRESERVAÇÃO.</b>					
<b>Item</b>	<b>Especificação</b>	<b>Unidade de Medida</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor Unitário</b>	<b>Valor Total</b>
29	PINCEL PARA PINTURA - Tipo: trincha Cerdas: branca Tamanho: 3 polegada (76,2mm) Cabo: madeira ou plástico anatômico Aplicação: vernizes, stains e resinas (madeira).	PEÇA	10	R\$ 8,21	R\$ 82,10
30	ROLO PARA PINTURA PREDIAL - Material: lã sintética Comprimento: 23cm Altura lã: entre 9 e 10mm Características adicionais: anti-respingo e com garfo (suporte) de aço galvanizado.	PEÇA	10	R\$ 9,27	R\$ 92,70
31	SOLVENTE - Tipo: aguarrás Aplicação: diluição tintas a óleo, esmaltes sintéticos e vernizes, formulação de tintas e limpeza de ferramentas e metais. (Qtd equivalente a 30 Latas com 900ml)	ML	27000	R\$ 0,02	R\$ 540,00



32	TINTA - Tipo: acrílica Cor: branca Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 4m²/l Aplicação: pisos e cimentados. (Qtd equivalente a 35 galões de 18L)	MILILITRO	630000	R\$	0,01	R\$	6.300,00
33	TINTA - Tipo: esmalte sintético Cor: branca Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 3m²/l. (Qtd equivalente a 3 Latas com 3,6L)	MILILITRO	10800	R\$	0,03	R\$	324,00
34	TINTA - Tipo: acrílica Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 6m²/l Aplicação: pisos e cimentados - COR AMARELO. (Qtd equivalente a 2 galões de 18L)	MILILITRO	36000	R\$	0,01	R\$	360,00
35	TINTA - Tipo: acrílica Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 6m²/l Aplicação: pisos e cimentados - COR VERMELHA. (Qtd equivalente a 2 galões de 18L)	MILILITRO	36000	R\$	0,01	R\$	360,00
36	TINTA - Tipo: epóxi Composição base: água Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Rendimento: mínimo 5m²/l - COR CINZA. (Qtd equivalente a 10 galões de 18L)	MILILITRO	180000	R\$	0,01	R\$	1.800,00
37	TINTA - Tipo: esmalte sintético Cor: variável (exceto branca) Aspecto físico: líquido Linha: premium Acabamento: fosco Rendimento: mínimo 4m²/l - COR PRETA. (Qtd equivalente a 3 galões de 3,6L)	MILILITRO	10800	R\$	0,03	R\$	324,00
38	TINTA - Tipo: zarcão Aspecto físico: líquido Rendimento: mínimo 8m²/l. (Qtd equivalente a 30 Latas com 900ml)	MILILITRO	27000	R\$	0,04	R\$	1.080,00
<b>TOTAL</b>						<b>R\$</b>	<b>11.262,80</b>

**LOTE 08 - MATERIAIS METALICOS PARA TRANSFORMAÇÃO.**









68	CONJUNTO REGULADOR CILINDRO\, COMPONENTES:VÁLVULA\, MANÔMETRO\, MANGUEIRAS\, REGULADOR\, APLICAÇÃO:CILINDRO DE OXIGÊNIO	PEÇA	01	R\$ 221,29	R\$ 221,29
<b>TOTAL</b>					<b>R\$ 221,29</b>

<b>TOTAL GERAL:</b>	<b>R\$ 154.600,11</b>
---------------------	-----------------------



Código para verificação: **X74K0J6Z**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**LARISSA RAQUEL CERDEIRA** (CPF: 041.XXX.179-XX) em 25/03/2026 às 16:01:45

Emitido por: "SGP-e", emitido em 17/05/2019 - 16:52:16 e válido até 17/05/2119 - 16:52:16.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FQXzlwMTQwXzAwMTMwMDIzXzEzMDU1OV8yMDI1X1g3NEswSjZa> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAP 00130023/2025** e o código **X74K0J6Z** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.



# Assinaturas do documento



Código para verificação: **RO0103BH**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



**VANIO BOING** (CPF: 433.XXX.709-XX) em 10/04/2026 às 13:42:07

Emitido por: "SGP-e", emitido em 23/01/2023 - 15:09:49 e válido até 23/01/2123 - 15:09:49.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link <https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo/conferencia-documento/U0FQXzlwMTQwXzAwMTMwMDIzXzEzMDU1OV8yMDI1X1JPMDEwM0JI> ou o site

<https://portal.sgpe.sea.sc.gov.br/portal-externo> e informe o processo **SAP 00130023/2025** e o código **RO0103BH** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.